



Mantida Pela Instituição Toledo de Ensino
Reconhecida pelo Governo Federal - Decreto N.º 40.230 DOU: 31/10/56
Reconhecimento Renovado – Portaria/MEC N.º. 226 de 18/03/2008- DOU: 19/03/2008 Bauru -
Estado de São Paulo

COLETÂNEA DE RESUMOS DE ARTIGOS

2016

RESPONSÁVEIS:

Núcleo de Iniciação Científica - *NIC*

Núcleo de Integração e Pesquisa - *NIPE*

Supervisoras: Prof^a. Ma. Audrey do nascimento Sabbatini Martins - *NIC*

Prof^a. Dra. Lilia Christina de Oliveira - *NIPE*

ÍNDICE

- A (IM) POSSIBILIDADE DE CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL
- A “CARTEIRADA” COMO ATO DE IMPROBIDADE
- A ARTE DA COMUNICAÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL E PARA FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS
- A ATUAL ADVOCACIA PÚBLICA BRASILEIRA
- A AVIAÇÃO REGIONAL NO BRASIL
- A EDUCAÇÃO VALORATIVA DO SER A PARTIR DA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA
- A ENGENHARIA SOCIAL VISTA DO NOSSO COTIDIANO
- A GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE
- A GESTÃO DE PESSOAS E A MUDANÇA ORGANIZACIONAL
- A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO E DA MOTIVAÇÃO NO DESEMPENHO DOS COLABORADORES
- A IMPORTÂNCIA DO ICMS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BORACÉIA – SÃO PAULO
- A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ANTICOLISÃO EM VOO PARA O TRÁFEGO
- A INCONSTITUCIONALIDADE DO ABORTO RESULTANTE DE ESTUPRO
- A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, NO ENSINO FUNDAMENTAL
- A INTERFACE ENTRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS E A MÚSICA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO
- A INTERVENÇÃO ESTADUAL NA AUTONOMIA DA VONTADE
- A UNIÃO DE ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS COMO FORMA DE ATRAIR E FIDELIZAR CLIENTES EM CIAS AÉREAS
- A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NOS CASOS DE MICROCEFALIA
- A LEI 13.146 DE 06 DE JULHO 2015 E SUAS MUDANÇAS NOS INSTITUTOS DA INTERDIÇÃO E CURATELA
- A MAJORANTE DA ARMA NO CRIME DO ROUBO
- A MOROSIDADE DA JUSTIÇA E SEUS REFLEXOS NA ESFERA PENAL

- A POSITIVAÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
- A PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO CRIME PARA UM EFICAZ INQUÉRITO POLICIAL
- A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR PRISÕES ILEGAIS
- A SOBERANIA DO ESTADO PERANTE TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS
- A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E OS TRABALHOS CIENTÍFICOS NA ÁREA JURÍDICA
- A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO LEGAL
- A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA O IDOSO E O SERVIÇO SOCIAL SÓCIO JURÍDICO
- ABORTO PATERNO
- ADOÇÃO: A MOROSIDADE PROCESSUAL E SUAS IMPLICAÇÕES
- ADOÇÃO: UMA VISÃO POSITIVA
- ANÁLISE DOS EFEITOS DO TRATAMENTO TÉRMICO COM RESFRIAMENTO RÁPIDO NAS PROPRIEDADES MICROESTRUTURAIS DO TI-CP GRAU 4
- AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
- AS PRÁTICAS E MÉTODOS PARA EMPRESAS STARTUP
- AVIAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTUDO DA PROPULSÃO ELÉTRICA
- CARTAS PSICOGRAFADAS COMO MEIO DE PROVA
- COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: LIBERDADE DE EXPRESSÃO X LIBERDADE RELIGIOSA
- COMÉRCIO ELETRÔNICO
- CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO
- CONFLITOS INTERPESSOAIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIOECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM OS PRODUTOS BIO-BASED
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA DAS LEIS 12.965/14 (MARCO CIVIL DA INTERNET) E 12.737/12 (LEI CAROLINA DIECKMANN) EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS USUÁRIOS DE INTERNET
- CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA MULHER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 AO CÓDIGO DE 2002
- CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE

- DA ERRÔNEA NOMENCLATURA DOS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS E DO SEU DESVIO DE FINALIDADE NA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
- DEFESA POR NEGATIVA GERAL E A DEFENSORIA PÚBLICA: NOVOS ASPECTOS
- DELAÇÃO PREMIADA
- DESVELANDO A AVIAÇÃO MISSIONÁRIA NO BRASIL
- DETECÇÃO E OCULTAMENTO FACIAL ATRAVÉS DE MELHORIAS NA BIBLIOTECA FACEDÉTECTOR
- DETECÇÃO E RECONHECIMENTO DE FORMAS GEOMÉTRICAS 2D
- DEZ ANOS DE LUTA CONTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- DIREITO AO ESQUECIMENTO: O DESAFIO DO LIVRE EXERCÍCIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONFRONTADO PELA LIBERDADE DE IMPRESA
- DIREITO POSITIVO E NATURAL EM ARISTÓTELES
- EFEITOS NA PENETRAÇÃO DA SOLDAGEM NO AÇO SAE 1020 PELO PROCESSO TIG (GTAW) COM VARIAÇÃO NO TIPO DE ELETRODO NÃO CONSUMÍVEL E SUA AFIAÇÃO
- EXAME DE ATENÇÃO COMPUTADORIZADO (EAC) COMO ESTRATÉGIA DIFERENCIADA NA GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA E NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA AVIAÇÃO CIVIL
- EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E A AFRONTA AO PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA – BREVE ANÁLISE DO HC 126.292/SP
- FATORES HUMANOS: ABORDAGEM SOBRE SUAS INFLUÊNCIAS NO TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE PILOTOS
- FEMINICÍDIO – COMENTÁRIOS A UMA LEI PENAL SIMBÓLICA
- GUIA DE IMPORTAÇÃO DE AERONAVES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA O BRASIL
- HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE CRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL
- IDENTIFICAÇÃO DE NUDEZ EM IMAGENS DIGITAIS
- IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DE PLACAS DE VEÍCULOS BRASILEIROS UTILIZANDO PROCESSAMENTO DE IMAGENS E OCR
- IMPLEMENTAÇÃO DE ENSINAMENTOS BÁSICOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO BRASIL
- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO NO PODER PÚBLICO
- IMUNIDADE PARLAMENTAR: A QUESTÃO DO DECORO PARLAMENTAR
- INCONSTITUCIONALIDADE DA FASE DE LANCES DO PREGÃO ELETRÔNICO
- INQUÉRITO CIVIL: BREVES CONSIDERAÇÕES
- LIBERDADE RELIGIOSA EM UM ESTADO LAICO
- LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO DA LIDERANÇA
- LIDERANÇA: UMA REFLEÇÃO CONTEXTUAL
- LINGUAGEM JURÍDICA E O JURIDICUÊS
- MATERNIDADE CONDENADA
- MEREÇO SER INTERNADO? A DIGNIDADE HUMANA EM CONFLITO COM O DIREITO À LIBERDADE DO DROGADICIO CRÔNICO
- O ABORTO EM CASOS DE MICROCEFALIA E A BANALIZAÇÃO DA VIDA
- O EXCESSO DA JORNADA DE TRABALHO EM CORRELAÇÃO AOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS
- O IMPACTO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA: UM ESTUDO DE CASO
- O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA
- O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA E SUA IMPORTÂNCIA NA OPERAÇÃO “LAVA JATO”
- O INSTITUTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
- O INSTITUTO TÉCNICO DA DESAPOSENTAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
- O MARKETING COMO FATOR DE MUDANÇA NAS ORGANIZAÇÕES EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA
- O MARKETING PESSOAL APLICADO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL
- O PODER JUDICIÁRIO A CAMINHO DA ERA DIGITAL
- O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL FRENTE OS PROBLEMAS DA SAÚDE PÚBLICA

- O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- O USO DE GERUNDISMO EM LIGAÇÕES TELEFÔNICAS
- O VALOR DO CAPITAL HUMANO
- O VALOR JURÍDICO DO AFETO E O ILÍCITO PELO DESAMOR NAS RELAÇÕES FAMILIARES
- OBTENÇÃO DA VERDADE NOS RELATOS DAS TESTEMUNHAS ATRAVÉS DE ANÁLISES PSICOLÓGICAS
- OLIGOPÓLIO MÍDIÁTICO E O CORONELISMO COMUNICACIONAL: EMPECILHOS À FORMAÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA LIVRE
- OS EXTREMOS DE UMA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA
- OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA
- PARTICIPAÇÃO DO PROTOCOLO DE KYOTO NO PIB BRASILEIRO
- PEDOFILIA NO ÂMBITO VIRTUAL
- PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DIGITAL
- PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA UMA EMPRESA VAREJISTA DE COMÉRCIO DE CALÇADOS
- PLANOS DE INCENTIVOS DENTRO DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL
- PLUS GRAVOSO EM TRÁFICO DE CRACK
- PROGRAMA 5S
- PROGRESSÃO CONTINUADA: IMPACTO NA EDUCAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS EM VOO DEVIDO A DESORIENTAÇÃO ESPACIAL? RISCOS E PREVENÇÃO
- RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE CONTROLE TERMINAL DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO COM APLICAÇÃO DO CONCEITO DE NAVEGAÇÃO BASEADA EM PERFORMANCE (PBN)
- REFLEXÕES SOBRE O USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
- RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CULPABILIDADE: PRÓS E CONTRAS
- RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA SEARA PENAL – ABORTO SENTIMENTAL DECORRENTE DE ESTUPRO

- 
- RESPONSABILIDADE CIVIL À LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO
 - RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE ABANDONO AFETIVO
 - RESSOCIALIZAR PARA NÃO REINCIDIR
 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PENTEST EM APLICAÇÕES WEB
 - SISTEMA DE ROTAS DO ATLÂNTICO NORTE
 - TRABALHO VOLUNTÁRIO EM ÓRGÃO JURÍDICO PÚBLICO
 - TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS: O CASO DE UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO

A (IM) POSSIBILIDADE DE CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

*Donizete Francisco de Souza Junior; Yuri Anderson Vicentino da Silva¹
Prof^a. Meire Cristina Queiroz Sato²*

Resumo: A evolução legislativa mostra que a pessoa com deficiência mental sempre fora tratada com rejeição e exclusão pela sociedade. No Brasil, cerca de 1,4% da população (8 milhões de pessoas) são consideradas pessoas com deficiência mental. Logo, o Direito e a justiça não podem deixar tais pessoas impedidas de exercer direitos que são considerados fundamentais para a sua plena realização como ser humano com dignidade. O casamento de pessoas com deficiência mental grave não era permitido no Código Civil de 2002, eivando-o de nulidade. Determinava o legislador civilista que pessoas sem discernimento não poderiam manifestar de forma livre a sua vontade, sendo absolutamente incapaz de praticar os atos da vida civil, inclusive casar-se. Contrapondo-se a este entendimento, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Humana, contém a norma de que a pessoa portadora de deficiência mental tem direito de constituir uma família, inclusive através do casamento. Essa Convenção foi recepcionada pelo Decreto-Lei 186/2008, e aprovada pelo Decreto-Lei 6949/2009, em conformidade com a norma procedimental do s3º, art. 5º, da Constituição Federal, foi incorporada no ordenamento jurídico como Emenda Constitucional. Impactantes serão as mudanças na atual legislação civil para a incapacidade, com o advento da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), norteadas pela Convenção citada. Através do procedimento metodológico por meio da pesquisa bibliográfica buscou-se a análise da Constituição da República Federativa do Brasil e dos princípios constitucionais, verificando as reformas que a Lei 13.146/15 trouxe para o atual Código Civil, observando-se que hoje o direito de contrair matrimônio é garantido às pessoas com deficiência mental ou intelectual, garantindo-se constitucionalmente o direito de ser feliz e ter uma realização plena como cidadão digno.

Palavras-chaves: Capacidade. Deficiência mental. Casamento.

¹ Donizete Francisco de Souza Junior; Yuri Anderson Vicentino da Silva (Acadêmicos) / ² Prof^a. Meire Cristina Queiroz Sato do Curso de Direito (Orientadora)

A “CARTEIRADA” COMO ATO DE IMPROBIDADE

*Bianca Martins Plantier¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: Este trabalho aborda a prática do ato da “carteirada” e sua possível incidência na Lei 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. A “carteirada” é um ato cometido, infelizmente, com uma certa frequência pelos agentes públicos para fins pessoais. O acompanhamento desta pesquisa é importante para esclarecimentos do que constitui o exercício deste ato, como também, quando e de que forma ele poderá ser praticado e quais as prováveis consequências da sua execução para o funcionário público e para a Administração Pública. Para completar esse entendimento é necessário a distinção entre alguns conceitos como improbidade administrativa, “carteirada” e abuso de poder. Essa diferenciação é interessante para a compreensão do porquê do seu enquadramento em um dos conceitos supracitados ou em ambos. Outro ponto importante para o desenvolvimento do raciocínio são as explicações relacionadas aos princípios da Administração Pública e os deveres do agente público, uma vez que essas abordagens apresentam relação direta com a “carteirada” e seus efeitos.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa. Ato de “carteirada”. Abuso de poder. Princípios administrativos. Deveres administrativos. Incidência.

¹ Bianca Martins Plantier (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

A ARTE DA COMUNICAÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL E PARA FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

*Nathalia Aparecida da Silva¹
Profª Ma. Gerceley Paccola Minetto²*

Resumo: Este artigo evidencia o papel do Assistente Social no enfrentamento de uma demanda emergente e bastante preocupante, que diz respeito aos desafios que a família contemporânea vem enfrentando no relacionamento com os filhos adolescentes diante do uso excessivo dos meios de comunicação digital, mais precisamente o aparelho celular. Tais facilidades tecnológicas vêm isolando o indivíduo no mundo virtual, afastando-o da convivência familiar, essencialmente necessária para o desenvolvimento dos jovens, o que infere riscos que despontam expressões da questão social que fragilizam vínculos e vulnerabilizam a instituição família.

Palavras-chave: Família. Serviço Social. Comunicação virtual.

¹ Jéssica Cristina Tórtora Lopes (Acadêmica) / ² Profª Ma. Marinez Cristina Vitoreli do Curso de Serviço Social (Orientadora)

A ATUAL ADVOCACIA PÚBLICA BRASILEIRA

*Fernanda Martins Ferreira de Souza¹
Prof. Me. Roberto Mendes Mandelli Junior²*

Resumo: A pesquisa a seguir tem por finalidade discorrer sobre a Advocacia Pública que engloba as Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e a Advocacia-Geral da União. O presente estudo aborda as características das seguintes instituições do Estado Federativo, bem como, seus requisitos para ingresso na respectiva carreira, apresento assim, sua estrutura funcional, administrativa, as funções atribuídas a estes cargos, seus encargos e vedações, a necessidade do preparo efetivo dos profissionais, o seu fundamento constitutivo legal tratado pela Constituição Federal e, portanto, fundamento constitucional, definindo sua trajetória histórica, suas mudanças legislativas; na sequência demonstrar inovações e consequências. Por base, para maior compreensão do tema, definir algumas citações de autores, julgamentos do Supremo Tribunal Federal, entre outras proposituras para melhor entendimento da questão abordada.

Palavras chave: Advocacia pública. Advocacia-geral da união. Procuradoria dos estados e do Distrito Federal.

¹ Fernanda Martins Ferreira de Souza (Acadêmica) / ² Prof. Me. Roberto Mendes Mandelli Junior do Curso de Direito (Orientador)

A AVIAÇÃO REGIONAL NO BRASIL

*Daniel Guilherme Marques da Silva; Eduardo Zuquieri Neto¹
Prof. Me. Edson Kitotaka Yeri Mitsuya²*

Resumo: Este trabalho procura identificar os fatores mais importantes que a aviação de pequeno porte enfrenta fora de grandes centros urbanos. Onde consta uma falta de infraestrutura nos aeroportos em pequenas cidades do Brasil. Apresentando as dificuldades em projetos desenvolvidos, e nos permitindo um maior estudo dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos mesmos. As diferenças entre projetos e desenvolvimentos efetuados nos Estados Unidos, em relação ao Brasil. Assim podendo nos mostrar uma adequada valorização na aviação regional, como sendo bem abordada. A existência de programas que não foram efetivados por diversos motivos e aqueles que continuam em planejamento e seu desenvolvimento. Apresentar um projeto desenvolvido para a interiorização do transporte aéreo no território nacional e permitir mostrar falhas, qualidades e razões para entender o motivo de não ser deferido.

Palavras-chave: Aviação regional. Aviação no Brasil. Desenvolvimento regional. Aeroportos regionais. Desenvolvimento americano. Crise financeira. Programas de incentivo.

¹ Daniel Guilherme Marques da Silva; Eduardo Zuquieri Neto (Acadêmicos) / ² Prof. Me. Edson Kitotaka Yeri Mitsuya do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

A EDUCAÇÃO VALORATIVA DO SER A PARTIR DA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

Mariane Mosella Pereira¹
Prof. Dr. Emílio Donizete Primolan²

Resumo: Este artigo procura explicar e analisar a educação valorativa, dentro do processo da educação como um todo. O artigo procura mostrar também as contradições existentes na educação e de como se poderia pensar em um novo método educacional que valora o indivíduo como ser, ou seja, que o educa para a vida. A partir de leituras e reflexões sobre estudos elaborados a partir de obras de importantes mestres. Assim sendo, toda a elaboração, do trabalho teve a motivação de procurar problematizar o assunto para o leitor, provocar a reflexão para algo que precisa de atenção e mostrar a influência de uma educação valorativa para um futuro ainda mais promissor. Deste modo, esse modo particular de pensar a educação coloca em questão as crenças e os valores empregados pela educação tradicional, tencionados mais os aspectos técnicos da formação da juventude do que para a formação de pessoas moral e efetivamente maduras.

Palavras-chave: Educação valorativa. Problematização. Importância do ser. Educação contemporânea.

¹ Mariane Mosella Pereira (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Emílio Donizete Primolan do Curso de Direito (Orientador)

A ENGENHARIA SOCIAL VISTA DO NOSSO COTIDIANO

Nara Barros da Cruz Silva¹
Prof. Luiz Otavio Marestoni Camalionte²

Resumo: Este trabalho procurou identificar as consequências mais importantes da engenharia social, como é aplicada, em quais casos é utilizada, como é feita no nosso dia a dia e uma básica prevenção a respeito. A concepção de engenharia social deu origem a uma série de invasões, ataques a sistemas, empresas e até grandes organizações. Até os dias atuais onde a segurança é grandemente visada e a população conscientizada a respeito, pode-se verificar um alto índice de invasões e acessos ilegais realizados por pessoas e ou grupos especializados e com inúmeras táticas de retirada de informações e dados confidenciais de empresas-alvo. Através de alguns exemplos reais e trechos de relatos será feita a demonstração de todo o contexto, mostrando como age a vítima, o invasor e a organização.

Palavras-chave: Engenharia social. Invasão. Vítima. Ilegal. Acesso.

¹ Nara Barros da Cruz Silva (Acadêmica) / ² Prof. Luiz Otavio Marestoni Camalionte do Curso de Sistemas de Informação (Orientador)

A GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Jéssica Caroline Caresia Carneiro¹
Prof^ª. Ma. Fernanda dos Santos Varandas²

Resumo: O presente artigo pretende revelar os desafios para efetivação das políticas públicas no Brasil, toda trajetória que marcaram o país desde sua criação, vendo-a como meramente compensatória, assistencialista e paternalista, contextualizando até os dias atuais sendo efetivadora dos direitos sociais (dever do Estado, direito do Cidadão), como também demonstrar a importância de termos gestores aptos para tais funções utilizando em suas ações os quatro eixos estruturantes: planejar, organizar, dirigir e controlar. O papel do Serviço Social nesta vertente transformação e sua relação, e o Assistente Social, como propulsor em sua criação, gestão e manutenção das Políticas Públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Gestão. Serviço social. Direitos Sociais.

¹ Jéssica Caroline Caresia Carneiro / ² Prof^ª. Ma. Fernanda dos Santos Varandas

A GESTÃO DE PESSOAS E A MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Juliane de Andrade Silva¹
Prof^a. Ma. Camila Roberta Muniz Serra²

Resumo: É intrínseco ao ser humano a sensação de resistência quando se depara com uma mudança. No ambiente organizacional isso não é diferente, e para que esse processo se torne mais simples, é importante que as áreas de recursos humanos e gestão de pessoas participem e auxiliem nessa transformação. Por meio de pesquisa bibliográfica, investigou-se as diversas situações que levam uma empresa a precisar mudar sua cultura, como facilitar o processo dessa quebra de paradigmas e de que modo os métodos de gestão de pessoas podem dar suporte à essa estratégia de negócio. Neste contexto, os resultados mostram que para a organização alcançar o sucesso na implantação de novos hábitos, primeiramente precisa de colaboradores que se sintam motivados e encorajados a passar por esse processo. Porque, não há de fato uma solução para tratar a resistência das pessoas nessa situação, mas com a união, a troca de informação entre gestores e funcionários e o auxílio da área de RH, a empresa conseguirá desenvolver a capacidade de aceitar a mudança contínua e crescer por meio delas.

Palavras-chave: Cultura. Organização. Mudança. Paradigma. Resistência. Gestão de pessoas.

¹ Juliane de Andrade Silva (Acadêmica) / ² Prof^a. Ma. Camila Roberta Muniz Serra do Curso de Administração (Orientadora)

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO E DA MOTIVAÇÃO NO DESEMPENHO DOS COLABORADORES

Graziele Aparecida de Godoy Justina¹
Prof. Me. José Munhoz Fernandes²

Resumo: São inúmeros os fatores relacionados ao desempenho e a produtividade dos colaboradores nas organizações, neste artigo, abordaremos a comunicação e a motivação como aspectos importantes nesta relação. A comunicação de qualidade é essencial na vida pessoal e um processo indispensável nas organizações. Já o nível motivacional é fundamental quando se pensa o indivíduo nas organizações. Ambas, têm relação direta com o desempenho do indivíduo no cargo, razão pela qual justifica-se a discussão deste tema. A proposta é identificar sob a ótica de alguns dos principais autores, aspectos importantes relacionados à comunicação e a motivação e, ainda, o papel da liderança neste contexto. Em termos de classificação, esta pesquisa é de abordagem qualitativa, se classificando quanto aos objetivos como sendo do tipo exploratória e em relação aos procedimentos para a coleta de dados como bibliográfica.

Palavras-chaves: Recursos humanos. Comunicação. Motivação. Desempenho. Liderança.

¹ Grazielle Aparecida de Godoy Justina (Acadêmica) / ² Prof. Me. José Munhoz Fernandes do Curso de Administração (Orientador)

A IMPORTÂNCIA DO ICMS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BORACÉIA – SÃO PAULO

Isabela Saes Hirano; Renata Marques de Melo Hanawa¹
Prof. Me. Marcos Vinício Bilancieri²

Resumo: Pelo fato de haver poucos estudos científicos sobre o tema, e justificando-se assim a necessidade de saber a importância do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, dentro da receita corrente líquida dos municípios, uma vez que a diminuição constante da arrecadação pode impactar os objetivos e as obrigações a serem cumpridas pelo gestor municipal. Este artigo visa demonstrar o quanto representa o ICMS para o município de Boracéia, e seu impacto sobre a receita corrente líquida, nos anos de 2013, 2014 e 2015. A metodologia aplicada foi por meio de estudo de caso, onde constatou-se que o ICMS é responsável em média por 33,49% da composição da RCL municipal.

Palavras-chave: Imposto. Repasse. Arrecadação. Receita corrente líquida.

¹ Isabela Saes Hirano; Renata Marques de Melo Hanawa (Acadêmicas) / ² Prof. Me. Marcos Vinício Bilancieri do Curso de Ciências Contábeis (Orientador)

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ANTICOLISÃO EM VOO PARA O TRÁFEGO

*Henrique Piovezan Fernandes¹
Profª. Ma. Fernanda Ribeiro Pinto de Carvalho²*

Resumo: Um espaço aéreo organizado e bem administrado é o principal responsável de promover um espaço aéreo seguro. Isso não é, entretanto, suficiente para manter uma correta separação das aeronaves em voo, evidenciados por inúmeras colisões aéreas relatadas na aviação. Esses eventos mostram a necessidade de um equipamento automatizado, livre de erros humanos. O equipamento que cumpre atualmente com os requisitos estabelecidos pela OACI é o Traffic and alert Collision Avoidance System – TCAS, ou Sistema de alerta e Anticolisão com o Tráfego, em tradução livre. Isto auxilia os pilotos a manterem uma separação própria do tráfego, assim como uma busca visual pelas aeronaves próximas. O TCAS mostrou-se crucial em diversos incidentes, e até como última ferramenta à disposição dos pilotos para evitar uma tragédia. Porém, é necessário manter um treinamento apropriado para operá-lo adequadamente e um constante aprimoramento das regulamentações acerca do mesmo, a fim de evitar desastres como o de Uberlingen e o voo 1907 da Gol Linhas Aéreas. Esse estudo discute os benefícios dos sistemas de anticolisão com o tráfego, evidenciando a necessidade de tal sistema como incrementador da segurança operacional.

Palavras-chave: TCAS. Colisões. Sistema. Tráfego aéreo.

¹ Henrique Piovezan Fernandes (Acadêmico) / ² Profª. Ma. Fernanda Ribeiro Pinto de Carvalho do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientadora)

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ABORTO RESULTANTE DE ESTUPRO

*Carolina Oliveira Puzziello; Daniel Eduardo Cermaria Lopes¹
Prof. José Fernando do Amaral Junior²*

Resumo: Este trabalho procurou demonstrar a inconstitucionalidade do aborto quando resultante de estupro (artigo 128 do Código Penal), bem como as mais relevantes e importantes consequências. A Constituição Federal em seu artigo 5 deu origem a um rico e atual debate na área Jurídica. Atualmente perceber que nesta hipótese o aborto é considerado como um ato legal, e não como ato ilícito, reconhecendo que fere alguns artigos e princípios da Constituição e que por consequências não poderia ter sido recepcionado. Neste sentido, demonstraremos que o referido artigo infringe a dignidade da pessoa humana, direitos.

Palavras-chave: Aborto. Estupro. Direitos. Princípios. Constituição.

¹ Carolina Oliveira Puzziello; Daniel Eduardo Cermaria Lopes (Acadêmicos) / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Curso de Direito (Orientador)

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, NO ENSINO FUNDAMENTAL

Luciana Efrisio¹

Prof. Me. Carlos Eduardo Imaizumi²

Resumo: Estimular a cidadania nos adolescentes e ensinar os princípios constitucionais é essencial e imprescindível. Ensinar para a cidadania e para a democracia é uma atitude irrenunciável da escola, essa preocupação passa necessariamente pela afirmação teoria-prática dos direitos humanos.

Diante da realidade, observou-se, a evidente ausência de uma educação despertadora da consciência cidadã, democrática e participativa dos adolescentes, como elemento de construção da história política. Como reflexo da ausência dos princípios inerentes à cidadania, observou-se o comportamento individualista, intolerante e a dificuldade nas relações sociais. A educação para a cidadania, estruturada, juntamente com a educação de base, pode servir de meio de inserção gradativa dos princípios da consciência cidadã e para a convivência em harmonia.

A alienação desses grupos de jovens e de adolescentes, é responsável por desencadear uma série de comportamentos negativos, iniciado no ambiente familiar, escolar e posteriormente passando para o mercado de trabalho e atingindo seus reflexos na saúde e na segurança pública. A solução se dá no ensino da cidadania e princípios constitucionais inseridos no período do ensino fundamental, que abrange a faixa etária dos sete aos quatorze anos. Período este defendido e comprovado por Piaget, em seu estudo do desenvolvimento comportamental, como sendo o momento correto para a inserção dessa educação. O estudo foi feito através de uma análise bibliográfica passando pela história e evolução da educação, pelos seus objetivos e finalidade; para apoiar o tema, utilizamos o estudo aplicado à adolescentes em conflito com a lei e a análise da teoria comportamental de Piaget. Por fim, aplicou-se 147 questionários em adolescentes da rede pública de ensino médio, entrevista com uma pedagoga mestre e entrevista com um promotor da vara da infância e juventude. Na análise feita no histórico da educação, vê-se que o Estado não cumpre seu papel de provedor dos fundamentos para construção do cidadão autônomo, democrático e participativo. Seu objetivo sempre foi mercantil, a fim de promover mão-de-obra para a indústria e o mercado de trabalho. Um novo formato de educação renasce pós-período militar, onde núcleos educacionais direcionam a educação de forma a desenvolver pessoas com o senso crítico, pensadores e não mera mão-de-obra qualificada. Adolescentes em conflito com a lei comprovam a delinquência, relacionado à ausência de princípios sociais e democráticos, que insere o ser humano em uma coletividade.

Palavras-chave: Cidadania e educação. Ensino fundamental. Constituição. Democracia. Politização do aluno.

¹ Luciana Efrisio (Acadêmica) / ² Prof. Me. Carlos Eduardo Imaizumi do Curso de Direito (Orientador)

A INTERFACE ENTRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS E A MÚSICA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO

Ana Karolina Cordeiro Sobreira¹

Prof. Ma. Fernanda dos Santos Varandas²

Resumo: Atualmente, não se pode ignorar o fato do crescimento da população idosa no Brasil decorrente de fatores como aumento da expectativa de vida e diminuição das taxas de natalidade. De acordo com estimativas elaboradas e divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de idosos aumenta constantemente e por volta do ano de 2050 haverá no Brasil, 73 idosos para cada 100 crianças, ou seja, é necessária atenção a essa população que compõe grande parte dos habitantes do país. Assim, o presente artigo tem por objetivo ressaltar a importância do idoso socialmente e a necessidade de Políticas Públicas Sociais a esta área. Importante destacar o Serviço Social como propulsor da transformação na vida dessas pessoas, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, afim de desenvolver técnicas utilizando-se da música como instrumento, para contribuir nesse processo de envelhecimento e transformação social.

Palavras-chave: Pessoa idosa. Envelhecimento. Políticas públicas. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Transformação social.

¹ Ana Karolina Cordeiro Sobreira (Acadêmica) / ² Prof. Me. Fernanda dos Santos Varandas do Curso de Serviço Social (Orientadora)

A INTERVENÇÃO ESTADUAL NA AUTONOMIA DA VONTADE

*Fabrcio Wesley da Cruz¹
Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira²*

Resumo: O presente trabalho tem por escopo demonstrar a evoluo do Direito nas relaoes de consumo e sua proteo nos contratados modernos. Demonstrar atrav de dados históricos, interpretaoes doutrinarias, jurisprudências como se consolidaram o entendimento e qual tem sido o posicionamento do poder judiciário. Destacar a importância da interpretao hermenêutica na comparao dos textos jurídicos históricos e contemporâneos.

Palavras-chave: Contratos. Autonomia da vontade. Teoria da imprevisão.

¹ Fabrcio Wesley da Cruz (Acadêmico) / ² Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira do Curso de Direito (Orientador)

A UNIÃO DE ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS COMO FORMA DE ATRAIR E FIDELIZAR CLIENTES EM CIAS AÉREAS

*Matheus Rebeschini Piemonte¹
Prof^a. Adriana Marli Bastos Dias Costa²*

Resumo: Este trabalho tem por finalidade apresentar a possibilidade de unir duas estratégicas competitivas mercadológicas para a atratividade e fidelizao de clientes nas companhias aéreas. Receber um serviço ou produto de extrema qualidade e pagar um preço acessível por isso  o sonho de todo consumidor. Visto da tica de uma empresa, pode ser a possibilidade de tornar seus consumidores em clientes fies. No entanto parece uma perspectiva fora da realidade. O próprio idealizador dessas estratégicas de mercado diz que  algo incerto e muito arriscado, fadado ao fracasso de uma empresa. Até que um dia, uma companhia aérea norte-americana, chamada Southwest, decide contrariá-lo e criar a sua própria filosofia de mercado, filosofia essa que une justamente duas das estratégicas antes não unificveis e consegue com isso números e resultados elevadíssimos, se torna um exemplo para outras empresas, atraí consumidores novos e fideliza os que experimentam seus serviços. A partir da se cria uma nova tipologia para estratégicas competitivas, cuja união delas em cada segmento de mercado tem um resultado possível.

Palavras-chave: Estratégicas competitivas. Southwest. Marketing. Liderança em custos. Diferenciao. União de estratégicas mercadológicas. Fidelizao de clientes.

¹ Matheus Rebeschini Piemonte (Acadêmico) / ² Prof^a. Adriana Marli Bastos Dias Costa do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientadora)

A LEGALIZAO DO ABORTO NOS CASOS DE MICROCEFALIA

*Marina de Oliveira¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: O trabalho ora apresentado  resultado do estudo da legislao, jurisprudência e doutrina brasileira e tem como objetivo demonstrar a possibilidade de prática do aborto nos casos severos de microcefalia. O presente artigo aborda a proteo constitucional e infraconstitucional da vida e seu histórico no cenário brasileiro, bem como as teorias sobre seu início e término. Buscou-se, também, compreender e interpretar a tipificao da prática do aborto na legislao e suas consequências, além de analisar a hipótese de aborto nos casos de anencefalia atrav da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal acerca da ADPF 54/2014. Para melhor compreensão, foi realizada pesquisa sobre a ligao do surto de microcefalia com a atuao do Zika Vírus no território brasileiro, e analisada a espécie de aborto denominado eugênico. Desta forma, foi concluído que o direito  vida e o posicionamento ferrenho que defende o nascimento a qualquer custo são ilógicos quando não encontram equilíbrio com a realidade da sociedade em questão, a dignidade da pessoa humana, a autonomia da vontade e a imparcialidade do Estado sobre questoes religiosas e planejamento familiar.

Palavras-chave: Proteo  vida. Aborto. Microcefalia. Zika vírus. Autonomia. Dignidade.

¹ Marina de Oliveira (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

A LEI 13.146 DE 06 DE JULHO 2015 E SUAS MUDANÇAS NOS INSTITUTOS DA INTERDIÇÃO E CURATELA

*Bruna Luisa Fabri¹
Prof. Me. Vanderlei Ferreira de Lima²*

Resumo: Este trabalho procurou identificar as principais mudanças que a Lei 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com deficiência, trouxe para os institutos da interdição e curatela, pois com a entrada em vigor da referida lei, houve a revogação dos incisos I, II, III do artigo 3º do Código Civil, bem como a modificação do caput do seu artigo 4º e dos seus respectivos incisos II e III. Essas mudanças afetaram diretamente os entendimentos que existiam sobre a incapacidade civil, alterando conseqüentemente os institutos da interdição e curatela, que eram e continuam sendo utilizados para pessoas declaradas incapazes judicialmente poderem exercer seus direitos perante a vida civil.

Palavras-chave: Capacidade civil. Interdição. Curatela.

¹ *Bruna Luisa Fabri (Acadêmica) / ² Prof. Me. Vanderlei Ferreira de Lima do Curso de Direito (Orientador)*

A MAJORANTE DA ARMA NO CRIME DO ROUBO

*Verônica Oliveira Corradini¹
Prof. José Fernando do Amaral Junior²*

Resumo: Esta pesquisa procurou identificar a posição do STJ e seu entendimento sobre a expressão “emprego de arma”, prevista na causa especial de aumento de pena no crime de roubo, compreendido no artigo 157 do Código Penal Brasileiro, de modo que deve ser interpretada de forma bastante restritiva, devendo considerar que arma é o meio efetivamente capaz de lesionar o ofendido. Porém, aprofundando-se neste tema, existem, ainda, muitos debates doutrinários e jurisprudência sobre este assunto, através de correntes que discordam da posição adotada pelo Tribunal e defendem uma conceituação distinta daquela que considera arma somente o instrumento hábil a vulnerar a integridade física de outrem, justificando que se deve levar em conta também a força intimidativa que este instrumento gera na vítima, sendo este fator, suficiente para ensejar o aumento da pena. O acompanhamento desta discussão no ramo do direito penal se efetivou através de minuciosas pesquisas jurisprudenciais e estudos de obras de grandes penalistas brasileiros, buscando compreender o ponto de vista de cada um deles para embasar este artigo. Nesse sentido, este trabalho busca proporcionar o entendimento integral a respeito desta divergência e como tal situação reflete nas decisões que são proferidas diante de casos concretos. Por fim, através da exposição dos pontos negativos e positivos do posicionamento do STF e como tais medidas refletem na segurança jurídica e social da coletividade, forma-se ao final deste artigo uma conclusão bem elaborada sobre o tema englobado pelo Direito Penal.

Palavras-chave: Crimes contra o patrimônio. Crime de roubo. Causas de aumento de pena. Emprego de arma. Armas de fogo. Simulacros.

¹ *Verônica Oliveira Corradini (Acadêmica) / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Curso de Direito (Orientador)*

A MOROSIDADE DA JUSTIÇA E SEUS REFLEXOS NA ESFERA PENAL

*Amanda dos Santos Jordão¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Este trabalho procurou identificar as causas e conseqüências mais importantes da morosidade que hoje atinge o sistema judiciário brasileiro. Foi abordado de maneira sucinta a organização dos órgãos judiciários, além da emenda número 45/2004 onde foi inserido como direito fundamental no artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso LXXVIII, o princípio da duração razoável do processo e o princípio da celeridade processual. Continuamente, após a apresentação das principais causas para a lentidão processual, foi abordado as conseqüências que ocorrem na esfera pena, e ficou concluído que tal demora atinge tanto o ofendido como o acusado, além de prejudicar o réu que já está cumprindo pena em penitenciárias, pois fica esquecido e acaba cumprindo mais pena do que lhe foi imposto.

Palavras-chave: Morosidade da justiça. Duração razoável do processo. Reflexos na esfera penal. Falta de estrutura.

¹ *Amanda dos Santos Jordão (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)*

A POSITIVAÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Daniele Oliveira de Melo¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²

Resumo: Este trabalho teve como objetivo desvendar de que forma ocorreu a positivação da improbidade administrativa no ordenamento jurídico pátrio. Analisaremos, a sua formação histórica, moral, conceitual e legal, discorrendo suas manifestações em diversos textos normativos que procuraram combater a imoralidade. No entanto, essas tentativas não obtiveram sucesso. Somente com a Constituição de 1988 e com a atual Lei de Improbidade que se demonstrou a possibilidade de obtenção de resultados eficazes. Trataremos dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, presentes no texto constitucional e na relevância destes para a proteção do interesse público. Abordaremos a respeito da Lei Pitombo-Godoy Ilha e a Lei Bilac Pinto, principais normas anteriores a atual Lei de Improbidade. Buscar-se-á, demonstrar que a moral administrativa não está distante da moral comum e que, dessa forma, é dever do Estado que cumpra com as expectativas da sociedade, não a desestabilizando. O trabalho será pautado pelo método dedutivo, pesquisas na doutrina e jurisprudência.

Palavras-chaves: Improbidade administrativa. Moralidade. Administração pública. Princípios. Lei de improbidade administrativa.

¹ Daniele Oliveira de Melo (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

A PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO CRIME PARA UM EFICAZ INQUÉRITO POLICIAL

Thaysa Tramonte Leme¹
Prof. José Fernando do Amaral Junior²

Resumo: O presente trabalho tem por escopo discorrer sobre a necessidade de uma eficaz preservação do local do crime para uma atividade investigativa demonstrando os elementos necessários de conservação deste local e a ordem de ocorrência dos fatores de preservação que ocorrem para haja êxito da polícia na investigação do caso.

Palavras chave: Investigação. Local do crime. Perícia. Inquérito policial.

¹ Thaysa Tramonte Leme (Acadêmica) / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Curso Direito (Orientador)

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR PRISÕES ILEGAIS

Deborah Sant' Anna Lima Bosquê¹
Prof. Me. Paulo Henrique Silva Godoy²

Resumo: Este artigo apresenta a dinâmica de aplicação do instituto da responsabilidade civil do Estado, na modalidade objetiva, em casos de prisões ilegais resultante da arbitrariedade dos agentes públicos e de equívocos praticados pelo ente estatal durante o exercício do *ius puniendi*. De tal modo, foi analisado a complexidade e os entraves da questão baseando-se na doutrina e nas decisões dos Tribunais Superiores. Após diversas considerações, constatou-se uma divergência entre as posições jurisprudenciais, entre elas, a recente mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal, permitindo a execução provisória da pena, quando a sentença for confirmada em segundo grau, causando um dissenso entre os doutrinadores sobre o tema. A administração pública é responsável por qualquer ato lesivo de seus agentes durante o emprenho de suas atividades funcionais, porém, cabe ação regressiva em relação ao funcionário público que praticou tal ato abusivo. Ocorrendo hipóteses em que existindo provas do elemento subjetivo poderá ser proposta a ação diretamente em face do agente que cometeu o ato. Com efeito, o Estado possui a função de exercer o bem comum e buscar a pacificação social, sendo primordial o dever de indenizar possíveis danos aos indivíduos da sociedade para o restabelecimento da ordem social abalada quando algum cidadão tiver sua liberdade de locomoção restringida em decorrência de arbitrariedades quando é preso provisoriamente e posteriormente é absolvido em sentença transitada em julgado.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Estado. Prisão ilegal. Resultado. Dano. Arbitrariedade.

¹ Deborah Sant' Anna Lima Bosquê (Acadêmica) / ² Prof. Me. Paulo Henrique Silva Godoy do Curso de Direito (Orientador)

A SOBERANIA DO ESTADO PERANTE TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

*Amanda Bassoli Siqueira da Silva; Ana Lia Veneziani Salles; Juliana Dalgesso Maximiano¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: Este trabalho procurou discursar acerca da soberania e seus elementos caracterizadores, bem como sua relação com os atos internacionais e o procedimento legislativo decorrente da posição do Estado de signatário perante tais atos internacionais e suas questões abordadas. O estímulo foi uma nota da ONU acerca da descriminalização do aborto em casos de microcefalia do Brasil. A intenção foi esclarecer a possibilidade de ações do Estado diante do apelo de uma organização mundialmente conceituada e reconhecida.

Palavras-chave: Soberania. Atos internacionais. Tratados internacionais. Convenções internacionais. Acordos internacionais. ONU. Aborto. Microcefalia.

¹ Amanda Bassoli Siqueira da Silva; Ana Lia Veneziani Salles; Juliana Dalgesso Maximiano / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E OS TRABALHOS CIENTÍFICOS NA ÁREA JURÍDICA

*Lauren Sarri Binelli¹
Prof. Me. José Luiz Antiga Junior²*

Resumo: Tende em vista que a tecnologia evolui concomitantemente a humanidade, esse trabalho expõe a crise na qual o direito autoral se encontra, sobretudo em razão das inovações, pois a prática do plágio é cada vez mais frequente visto sua comodidade e facilidade em praticá-lo por causa da internet. Sendo assim, propõe uma reflexão sobre a violação dos direitos autorais que os autores enfrentam devido às falsificações de suas obras, bem como outras consequências decorridas disso, por exemplo, o que tudo isso, de um modo geral, significa ao ensino brasileiro. Possui também como objetivo conceituar os direitos autorais, origem, prática, tipos de plágio e de outras violações, além de contextualizar os aspectos morais e patrimoniais que regem os mesmos. Além disso, sugere alguns instrumentos os quais servem de proteção da linguagem e das ideias do autor "original".

Palavras-chave: Direitos autorais. Plágio. Violação de direitos.

¹ Lauren Sarri Binelli (Acadêmica) / ² Prof. Me. José Luiz Antiga Junior do Curso de Direito (Orientador)

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO LEGAL

*Giovana de Souza Ramos Nogueira¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Este trabalho, sintetizado em breves palavras, diz respeito sobre a violência contra a mulher e os mecanismos que as leis criam para combatê-la. Neste presente trabalho, verifica-se que o Brasil acompanha a tendência mundial no que se refere à violência doméstica, principalmente voltada a mulher, que nada mais é do que a violência de gêneros. Por esses números serem crescentes de violência de gênero, foi criada a delegacia de defesa da mulher, para uso exclusivo das mulheres, uma vez que as comuns não davam a devida atenção nestes casos específicos. Posteriormente, outro mecanismo, foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que veio como forma de auxílio a mulher e a forma de tratamento, conceitos referentes ao tema e a punição nos casos de violência, tornando-se essenciais a implantação do maior número de delegacias especializadas nestes casos e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o território brasileiro.

Palavra-chave: Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha. Delegacia de defesa da mulher. Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

¹ Giovana de Souza Ramos Nogueira (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA O IDOSO E O SERVIÇO SOCIAL SÓCIO JURÍDICO

*Fernanda Janaina Marques Rossi; Luana da Fonseca Bermejo; Érica Cristina Ferreira¹
Prof^a. Ma. Maria Dvanil D'Avila Calobrizi²*

Resumo: O presente trabalho aborda a interface entre o envelhecimento, a violência doméstica e o serviço social. Primeiramente tratará de analisar conceitos sobre envelhecimento, mostrando o contexto desse processo bem como os novos arranjos familiares, e após é contextualizado a questão da violência e as diversas formas que ela se apresenta. Num segundo momento, será abordado o serviço social sociojurídico destacando sua importância no enfrentamento das questões de violência enfrentadas pelos idosos. O artigo visa trazer perspectivas de conhecimentos gerontológicos para os profissionais que atuam frente a população idosa, e lidam com os estigmas e as possibilidades dessa realidade.

Palavras-chave: Violência doméstica. Pessoa idosa. Serviço social.

¹ Fernanda Janaina Marques Rossi; Luana da Fonseca Bermejo; Érica Cristina Ferreira (Acadêmicas) / ² Prof^a. Ma. Maria Dvanil D'Avila Calobrizi do Curso de Serviço Social (Orientadora)

ABORTO PATERNO

*Flávia Samanta Cardoso¹
Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia²*

Resumo: O presente artigo visa trazer discussões a respeito da família no ordenamento jurídico, haja vista que o princípio da efetividade tem sido de grande relevância para a constituição do seio familiar, bem como trazer informações acerca das responsabilidades paternas, atrelado às responsabilidades tem o abandono afetivo, que é a omissão dessas responsabilidades e principalmente sobre o abandono que este artigo irá tratar, com o intuito de trazer a clara as responsabilidades dos pais que abandonam seus filhos e suas respectivas incumbências perante os filhos abandonados que acionam o judiciário pleiteando a garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Responsabilidade. Direitos.

¹ Flávia Samanta Cardoso (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia do Curso de Direito (Orientador)

ADOÇÃO: A MOROSIDADE PROCESSUAL E SUAS IMPLICAÇÕES

*Bruna Franco Serrano¹
Prof. Me. Carlos Eduardo Imaizumi²*

Resumo: Este trabalho apresenta um aprofundamento ao instituto da adoção regulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, trazendo reflexões acerca da morosidade em seu processo. Inicialmente, elucida-se a respeito da inclusão da criança e do adolescente em uma família substituta, quais os requisitos para tanto e o desencadeamento de todo o procedimento, esclarecendo-se o porquê se faz tão moroso, contrapondo-se com maneiras de torna-los mais céleres, de maneira que se mantenha a preocupação com o interesse do adotando, uma vez que tal procedimento não pode conter irregularidades.

Palavras-chave: Adoção. Morosidade. Célere. Procedimento. Interesse do adotando. Irregularidades.

¹ Bruna Franco Serrano (Acadêmica) / ² Prof. Me. Carlos Eduardo Imaizumi do Curso de Direito (Orientador)

ADOÇÃO: UMA VISÃO POSITIVA

Vitor Antonio Trentini Sampaio Lopes¹
Prof. Me. Bento Barbosa Cintra Neto²

Resumo: Entre o estigma histórico que um filho adotivo carrega e a morosidade da justiça com um processo lento, o tema adoção é ainda muito polêmico em nosso país. Com a finalidade de incentivar a adoção e contribuir para solucionar entraves, este trabalho apresenta um estudo sobre o que é a adoção e estudos de caso.

Palavras-chave: Adoção. Família. Estudo de caso.

¹ Vitor Antonio Trentini Sampaio Lopes (Acadêmico) / ² Prof. Me. Bento Barbosa Cintra Neto do Curso de Direito (Orientador)

ANÁLISE DOS EFEITOS DO TRATAMENTO TÉRMICO COM RESFRIAMENTO RÁPIDO NAS PROPRIEDADES MICROESTRUTURAIS DO TI-CP GRAU 4

José Claudio Lopes; Guilherme Antonio de Carvalho; Rodrigo Ráfaga de Souza¹
Prof. Dr. Fábio Bossoi Vicente²

Resumo: Os recentes avanços científicos permitiram um aumento significativo na qualidade de vida e por consequência, na longevidade. Como consequência disso, a população de idosos aumentou consideravelmente e com isso, doenças relacionadas à idade, como osteoporose, por exemplo, fazem com que o governo invista consideráveis quantias na indústria de confecção de próteses ortopédicas. Devido aos acidentes de trânsito, os materiais metálicos mais usados na manufatura de próteses são divididos em três grupos: aços inoxidáveis, ligadas a base Co (cobalto) e ligas a base de Ti (titânio). Dentre estes três grupos, os biomateriais mais utilizados são aqueles a base de Ti, pois apresentam excelente biocompatibilidade e elevada resistência à corrosão. Além de próteses ortopédicas, esse material é muito utilizado em implantes ortodônticos. Além da indústria de biomateriais, o titânio é muito empregado nas indústrias aeronáuticas e aeroespaciais devido a sua alta ductilidade, condutividade elétrica, além do fato de resistir a altas temperaturas, devido ao elevado ponto de fusão – cerca de 1670 °C. Este trabalho possui o objetivo de obter e estudar as propriedades mecânicas do titânio grau 4, tratado termicamente com a finalidade de avaliar os efeitos em suas propriedades, possibilitando a comparação e identificação dos pontos fortes e fracos existentes para o processamento, destacando sua resistência mecânica para utilização na indústria e como material biocompatível.

Palavras-chave: Titânio. Microscopia óptica. Tratamento térmico.

¹ José Claudio Lopes; Guilherme Antonio de Carvalho; Rodrigo Ráfaga de Souza (Acadêmicos) / ² Prof. Dr. Fábio Bossoi Vicente do Curso de Engenharia de Produção (Orientador)

AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Bruna Pereira Gimenez¹
Prof. Hideyuki Kashio²

Resumo: Este trabalho procurou mostrar a importância de uma contabilidade com qualidades técnicas mais eficientes para que as demonstrações contábeis representem adequadamente informações confiáveis, de forma transparente, que permitam a comparabilidade e a tomada de decisões pelos gestores da entidade nesse setor tão importante que conta na maioria das vezes com poucos recursos próprios e precisos recursos de terceiros; através de projetos e parcerias com outras entidades privadas ou públicas. O terceiro setor já ganhou reconhecimento pelas soluções positivas que vem encontrando para toda a sociedade brasileira. São associações, fundações, instituições e organizações, com peculiaridades jurídicas próprias na área tributária, de isenções e imunidades; na área trabalhista, com a Lei do Voluntariado e no Direito Civil, quando da constituição de uma Entidade Sem Fins Lucrativos. No processo de transformação da sociedade, o Terceiro Setor vem encontrando respostas criativas para ajudar a mudar o futuro do Brasil.

Palavras-chave: Importância da contabilidade. Entidade.

¹ Bruna Pereira Gimenez (Acadêmica) / ² Prof. Hideyuki Kashio do Curso de Ciências Contábeis (Orientador)

AS PRÁTICAS E MÉTODOS PARA EMPRESAS STARTUP

*Luciana Oliveira Soares; Rafael Vinicius Curiel¹
Prof^a. Ma. Elis Angela dos Anjos²*

Resumo: Este trabalho traçou uma abordagem lógica entre o panorama empresarial de startup com as técnicas de gestão já disponíveis. As observações propostas permitem analisar os métodos de A Startup Enxuta aliados ao Sistema Toyota de produção, Scrum e o desenvolvimento de clientes, elucidando a iteração ou pivô do produto mínimo variável. Nesta perspectiva, os métodos aqui apresentados podem representar uma alternativa para a criação e desenvolvimento de novas startups, cujo objetivo é o rápido crescimento mercadológico com ênfase na otimização de recursos, além de alavancar sua apreciação por parte do público alvo e constituir-se empresa.

Palavras-Chave: Inovação. Startup. Gestão contemporâneas. Gestão de processos. Otimização. Alternativas de gestão.

¹ Luciana Oliveira Soares; Rafael Vinicius Curiel (Acadêmicos) / ² Prof^a. Ma. Elis Angela dos Anjos do Curso de Administração (Orientadora)

AVIAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTUDO DA PROPULSÃO ELÉTRICA

*João Vitor Meneguello Nader¹
Prof. Rogério Ribeiro Cardozo²*

Resumo: Nesta pesquisa, observamos que, por mais avançadas que as ideias tecnológicas sejam, na área aeronáutica, existem certos temas ainda pouco abordados, como o tema a ser desenvolvido. O código brasileiro de aeronáutica (CBA) indica ser experimental a criação de aeronaves com motorização elétrica. Embora algumas empresas já estejam adotando essa ideia e se privatizando, devido à mesma estar, ainda, em fase experimental, não se pode dizer que há registro comercial que utiliza tal tecnologia, pois o mercado ainda não se atentou para a demanda específica. Sendo assim, apresentar-se-á projetos que já estão em andamento e que podem evoluir o sistema de motorização elétrica, não vinculados às ideias já concluídas, mas às novas iniciativas. Entende-se que todo registro ou homologação precisa ser testado e aprovado. De forma mais clara, pode-se utilizar essa inovação para a criação de diversas possibilidades, tendo como conceito a eletricidade, vez que a manutenção é de baixo valor e rápido retorno; o sistema elétrico simples é mais limpo e de fácil acesso para os mecânicos (técnicos) entre outros. O foco dessa pesquisa está ligado à sustentabilidade, desenvolvimento e prática da nova tecnologia dentro da área comercial e institucional. Pretende-se desvincular do uso de jargões e, entende-se que não são todos que têm certa clareza a respeito do tema, tal qual os estudantes da área. Objetiva-se, pois, que todos possam entender da maneira mais clara possível a grandeza dessa tecnologia, vez que a aviação também atende a interesses socioeconômicos e particulares.

Palavras-chave: Aviação. Projetos. Segurança. Desenvolvimento. Ideias tecnológicas.

¹ João Vitor Meneguello Nader (Acadêmico) / ² Prof. Rogério Ribeiro Cardozo do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

CARTAS PSICOGRAFADAS COMO MEIO DE PROVA

Ana Clara Blagitz Ferraz Enz¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²

Resumo: Este trabalho procura discutir a possibilidade de utilização das cartas psicografadas no âmbito jurídico, trazendo uma breve explicação em relação às provas nos processos penais ou cíveis. As cartas psicografadas vêm sendo utilizadas como meio de prova há muitas décadas, porém ainda representam um assunto pouco discutido no meio jurídico, tanto por envolver questões religiosas, como por segurança jurídica. Por este motivo, o referido trabalho traz uma breve apresentação de evidências, discutirá a possibilidade de se utilizar uma carta psicografada como meio de prova, além de trazer vários casos concretos, nos quais as cartas tiveram um papel fundamental para a transformação da convicção do juiz. Dentre as várias pesquisas já realizadas sobre o assunto, foi utilizada a monografia de um bacharel em Direito submetida à Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que trouxe uma visão mais aprofundada sobre este recurso como prova no processo penal. Consequentemente, abriu-se as portas para tal procedimento também no processo civil, por possibilitar a aplicação nas duas áreas jurídicas.

Palavras-chave: Cartas psicografadas. Provas. Segurança jurídica. Psicografia. Valoração judicial. Princípio. Decisões judiciais.

¹ Ana Clara Blagitz Ferraz Enz (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito (Orientador)

COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: LIBERDADE DE EXPRESSÃO X LIBERDADE RELIGIOSA

João Carlos de Almeida Neto; Raphaela Conte¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²

Resumo: Os direitos fundamentais são extremamente importantes aos indivíduos, tendo em vista suas necessidades. Quando tais princípios, elencados e protegidos pela Constituição, entram em colisão com outros, a forma de resolução é, ao mesmo tempo que complexa, muito simples. A única certeza existente é que os direitos fundamentais não podem ser excluídos em razão de determinados conflitos, assim, para a solução, se faz necessário o uso de certas técnicas jurisdicionais propostas para tal.

Palavras-Chave: Colisão. Direitos Fundamentais. Liberdade de expressão. Liberdade religiosa. Ponderação. Proporcionalidade. Concordância prática.

¹ João Carlos de Almeida Neto (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

COMÉRCIO ELETRÔNICO

Márcia Soares¹
Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia²

Resumo: Este trabalho tem como tema as novas tendências de consumo, tratando-se do e-commerce e Código de Defesa do Consumidor. Trata-se de um tema importante visto que o comércio eletrônico cresce de uma forma constante e muitos consumidores virtuais, não sabem seus deveres e direitos ou como resolver conflitos envolvendo o campo virtual de compras. A monografia inicialmente discorre acerca de um breve aspecto histórico e formação das relações de consumo. Classificam-se as modalidades de comércio eletrônico e os tipos de contratos celebrados nas compras virtuais, bem como o local de celebração do contrato e o foro competente para ajuizar possível ação atrelada ao consumismo virtual. Analisa a segurança digital nas transações de consumação de bens ou serviços. Pontua a legislação específica vigente, destacando as principais mudanças e proteção ao consumidor virtual. Por fim, abordaremos um breve histórico das grandes tendências de consumo do século XXI, o comércio eletrônico e algumas informações sobre como fazer compras seguras indicadas pelo órgão de Proteção ao Consumidor.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Legislação específica. Consumidor virtual.

¹ Márcia Soares (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia do Curso de Direito (Orientador)

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Ana Carolina Negrão Gonçalves¹
Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira²

Resumo: A auto composição é um instrumento alternativo de resolução de conflitos, mas que, infelizmente, ainda é pouco utilizado. Divido em conciliação e mediação o que se busca é a solução amigável para o conflito, um acordo bem estruturado no qual, ambos aceitam “perde” parte do que desejam em prol do resultado. As próprias partes resolvem a situação sob a ajuda de um facilitador que pode propor soluções, quando não há vínculo anterior entre as partes, ou apenas auxiliar, guiar a discussão, quando houver o referido vínculo. Como pode ser judicial ou extrajudicial é uma forma de ajudar a diminuir o problema do judiciário, diante do grande número de demandas que batem à sua porta diariamente. É uma opção mais rápida, mais acessível e eficaz, uma vez que esse acordo será homologado por um juiz e poderá ser executado no judiciário, ou seja, se eliminou a fase de conhecimento.

Palavras-chave: Auto composição. Mediação. Conciliação. CEJUSCS. Acordo.

¹ Ana Carolina Negrão Gonçalves (Acadêmica) / ² Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira do Curso de Direito (Orientador)

CONFLITOS INTERPESSOAIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Beatriz Godoy da Silva¹
Prof^a Ivone Aparecida Lucas²

Resumo: Este artigo aborda a questão do conflito nas organizações e busca esclarecer que conflitos são gerados através de disputas presentes os relacionamentos humanos e no ambiente do trabalho e que acaba sendo indispensável, tanto para a evolução das pessoas como no sistema organizacional. Por meio de pesquisa bibliográfica contextualiza-se o conflito, e as condições que busca seus antecedentes e consequências, dando ênfase à importância de sua administração no interior da empresa, levando em consideração que situações de conflitos quando bem resolvidas por intermédio de um planejamento apropriado, de uma boa comunicação sempre fundamentada no respeito às diferenças, na cooperação e principalmente nas diferenças de culturas, pode consistir em uma estratégia positiva ao lidar com a situação desta forma conduzir as organizações a novas transformações, que é tão fundamental tanto para o seu bom funcionamento quanto para o seu crescimento. Onde se tem pessoas tem conflitos, é inevitável, mas saber lidar com essas diferenças é o grande segredo do sucesso de uma organização.

Palavras-chave: Conflitos interpessoais. Organizações. Pessoas. Comunicação.

¹ Beatriz Godoy da Silva (Acadêmica) / ² Prof^a Ivone Aparecida Lucas do Curso de Administração (Orientadora)

CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIOECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM OS PRODUTOS *BIO-BASED*

*Juliana Cristina Rubio Lampkowski¹
Prof. Dr. Marcelo Lampkowski²*

Resumo: A evolução desenfreada do cenário econômico, baseada no consumo exagerado característico da sociedade atual, vêm gerando consequências irreversíveis ao meio ambiente. Compreende-se a necessidade de mudança para um modelo econômico sustentável, no qual a exploração dos recursos naturais esteja em perfeito equilíbrio com a produção de bens e serviços. A preocupação está voltada a atender as necessidades da geração atual, sem esquecer das gerações futuras. Nesse sentido, a Bioeconomia pode contribuir para modernizar o termo “economia” para um formato sustentável, minimizando os impactos da escassez dos recursos naturais e englobando vários setores da sociedade. O presente trabalho buscou demonstrar a definição e alguns dos itens componentes da Bioeconomia para uma melhor compreensão sobre os fatores que influenciam o posicionamento desse termo na sociedade, na economia e no meio ambiente. Observou-se que o processo de adoção da Bioeconomia no Brasil necessita de urgente atenção e que se faz necessária a implantação de políticas as quais conscientizem por meio da criação de soluções sustentáveis, verdes e a favor do bem-estar social, econômico, animal e humano.

Palavras-chave: Bioeconomia. Desenvolvimento sustentável. Produtos *bio-based*.

¹ Juliana Cristina Rubio Lampkowski (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Marcelo Lampkowski do Curso de Ciências Econômicas (Orientador)

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA DAS LEIS 12.965/14 (MARCO CIVIL DA INTERNET) E 12.737/12 (LEI CAROLINA DIECKMANN) EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS USUÁRIOS DE INTERNET

*Letícia Rossi da Silva; Mayara Bertoco França¹
Prof. Me.. Marcelo Lampkowski²*

Resumo: Este trabalho procura identificar os impactos que a Lei 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, e a Lei 12.737/12, comumente definida como Lei Carolina Dieckmann e que dispõe sobre os delitos informáticos, geram na sociedade. Enfatiza também a forma de aplicação e abrangência de ambas as leis, e destaca como são grandes os litígios ocorridos pelo meio cibernético, devido ao fato de ser um meio fácil do uso do anonimato e da ocultação. Ambas as leis forma bem elaboradas, porém, na prática, não funcionam como tal. A grande abrangência da Internet conectando o mundo gera um risco maior aos seus usuários, podendo expor informações pessoais para todo tipo de rede de acesso, informações essas que deveriam ser sigilosas, mas que muitas vezes são fornecidas ou vendidas pelos empresários das redes. O estudo tem como foco principal abortar a proteção jurídica que é fornecida aos cidadãos com a criação das Leis e utilização e segurança ao usuário.

Palavras-chave: Delitos informáticos. Dados pessoais. Marco civil. Proteção jurídica. Segurança.

¹ Letícia Rossi da Silva; Mayara Bertoco França (Acadêmicas) / ² Prof. Me. Marcelo Lampkowski do Curso de Sistemas de Informação (Orientador)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA MULHER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 AO CÓDIGO DE 2002

*Natacha Paola Crusco¹
Prof^a. Ma. Daniela Nunes Verissimo Gimenes²*

Resumo: O trabalho tem como objetivo demonstrar as conquistas da mulher ao longo dos séculos. Daquela mulher que sofre pela sua subordinação e preconceito dos primórdios da civilização desde as civilizações grega e romana. Após isso passa a ser um objeto para satisfazer os desejos sexuais dos senhores de escravos e chega até os dias atuais como sendo uma mulher que luta arduamente pelos seus desejos e que ainda assim sofre imenso preconceito de sua família, parceiro e da sociedade como um todo. A legislação civil tentou acompanhar essas mudanças da sociedade, mas seu resultado ainda não é satisfatório. Tivemos muitos avanços, mas ainda não o suficiente para podermos dizer que nossa legislação civil condiz com a nossa realidade. Ainda há muito o que ser feito, estudado e pesquisado pelos operadores do Direito.

Palavras-chave: Mulher. Legislação civil. Subordinação. Mudanças.

¹ Natacha Paola Crusco (Acadêmica) / ² Prof^a. Ma. Daniela Nunes Verissimo Gimenes do Curso de Direito (Orientadora)

CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE

*Mônica Aparecida Clemente Pelegrineli; Patrícia Colaciti Matos; Thiago Henrique Cristovon¹
Prof. Paulo Vinicius Simões Trevisanuto²*

Resumo: O presente artigo pretende tratar do tema abuso de autoridade com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o assunto e informar a sociedade da importância do tema, buscando melhorar as relações entre os indivíduos que sofrem com esse mal, orientando-lhes como agir.

Palavras-chave: Abuso de autoridade. Crime. Denúncia. Como agir. Consequências desse ato.

¹ *Mônica Aparecida C. Pelegrineli; Patrícia Colaciti Matos; Thiago Henrique Cristovon (Acadêmicos) / ² Prof. Paulo Vinicius Simões Trevisanuto do Curso de Direito (Orientador)*

DA ERRÔNEA NOMENCLATURA DOS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS E DO SEU DESVIO DE FINALIDADE NA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

*Daniela Lourenço Rizzo; Tamires Silva de Santana¹
Prof. Me. Márcio Gavaldão²*

Resumo: A Constituição Federal de 1988 criou em seu texto legal obrigações, e entre estas está o dever de sustento, resultante da solidariedade familiar e da solidariedade social dependendo do sujeito que os pleiteia. Por sua vez, os alimentos que advêm do dever de sustento são para a manutenção de uma vida digna, capaz de sustentar o mínimo existencial. Quando há a ruptura da relação conjugal, incide outro tipo de instituto, chamado de alimentos compensatórios, que ainda não foi normatizado no ordenamento jurídico pátrio, apenas elucidado pela doutrina e pelo direito estrangeiro. Há de se mencionar que este, por ter um caráter reparatório e, assim, não existencial ou alimentário, possui uma nomenclatura errônea. Dessa feita, com um estudo mais aprofundado no assunto, nota-se, ainda, que no momento de sua aplicação pelos instrumentários da justiça, há grande desvio de sua finalidade.

Palavras-chave: Alimentos. Alimentos compensatórios. Nomenclatura errônea. Aplicação equivocada.

¹ *Daniela Lourenço Rizzo; Tamires Silva de Santana (Acadêmicas) / ² Prof. Me. Márcio Gavaldão do Curso de Direito (Orientador)*

DELAÇÃO PREMIADA

*Bruno Cavalcanti Martha de Oliveira¹
Prof. José Fernando do Amaral Junior²*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo, baseando-se nos mais renomados criminalistas, analisar o instituto da Delação Premiada, incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro por meio da lei 8.072/90 (lei dos crimes hediondos). É através deste instituto pelo qual o acusado, em crimes praticados em concurso de agentes, pode ter sua pena reduzida, alterada ou até mesmo extinta, caso o mesmo forneça informações relevantes acerca dos outros criminosos. A delação busca a verdade processual, auxiliando nas investigações criminais e evitando a prática de novos crimes.

Palavras-chave: Delação premiada. Instituto. Lei dos crimes hediondos.

¹ *Bruno Cavalcanti Martha de Oliveira (Acadêmico) / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Curso de Direito (Orientador)*

DESVELANDO A AVIAÇÃO MISSIONÁRIA NO BRASIL

Valdir Pereira de Oliveira¹
Prof. Fabiano Leon de Oliveira Thomassian²

Resumo: A aviação tem se tornado uma importante aliada no acesso de organizações não governamentais e de missionários a populações afastadas de grandes centros urbanos em todo o mundo. No Brasil, país de imensa extensão geográfica, entrecortado por rios e florestas, há um isolamento de populações carentes, o que dificulta a chegada de assistência rápida, quando necessária. Já existe assistência aeronáutica com a finalidade de localizar, socorrer e resgatar, no menor tempo possível, os sobreviventes de acidentes aeronáuticos dentro do território nacional, porém há poucos projetos governamentais para se alcançar rapidamente populações carentes isoladas. Tal dificuldade de acesso rápido resulta na perda da vida de crianças, adultos e idosos, perda essa que poderia ser evitada. A Aviação Missionária é uma ferramenta de elevado avanço tecnológico e estratégico empregada na promoção do acesso rápido e eficiente de ações de desenvolvimento integral as comunidades isoladas e remotas ou em situação de risco. No Brasil, a Aviação Missionária é desenvolvida em regiões remotas, no entanto, bem abaixo de suas necessidades e de acordo com limites operacionais, pois esbarram numa série de dificuldades. Tais dificuldades serão apresentadas neste artigo com soluções que poderiam potencializar as atividades desenvolvidas atingindo um maior número de cidadãos, os quais seriam beneficiados com apoio, das organizações missionárias, como Asas de Socorro, que utilizam aeronaves diversas como meio de transporte, no alcance e resgate sempre que necessário. Neste sentido, este artigo tem como objetivo geral mostrar a importância da aviação missionária no Brasil.

Palavras-Chave: Acesso. Acidentes. Evangelismo. Isolamento. Missionária. Resgate. Risco. Socorro.

¹ Valdir Pereira de Oliveira (Acadêmico) / ² Prof. Fabiano Leon de Oliveira Thomassian do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

DETECÇÃO E OCULTAMENTO FACIAL ATRAVÉS DE MELHORIAS NA BIBLIOTECA FACEDETECTOR

Ronaldo Zanoni; Giovanni Oliveira; Victor Malinosqui¹
Prof. Dr. Kleber R. Oliveira; Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Bellin Ribeiro²

Resumo: Esta pesquisa visa melhorar a biblioteca de processamento de imagem FaceDetector, que faz a detecção de uma face em imagens digitais, para que seja possível detectar e ocultar múltiplas face. Os resultados dos experimentos mostram que as melhorias realizadas no FaceDetector aumentam as taxas de acerto de detecção e proporcionam o ocultamento de todas as faces detectadas.

Palavras-Chave: Detecção de faces. Ocultamento de faces. Biblioteca FaceDetector

¹ Ronaldo Zanoni; Giovanni Oliveira; Victor Malinosqui (Acadêmicos) / ² Prof. Dr. Kleber R. Oliveira; Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Bellin Ribeiro do Curso de Sistemas de Informação (Orientadores)

DETECÇÃO E RECONHECIMENTO DE FORMAS GEOMÉTRICAS 2D

Felipe Loge S. Lira; Kleber R. Oliveira¹
Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Bellin Ribeiro²

Resumo: Este artigo é um modelo para identificar formas geométricas 2D com algumas técnicas de processamento digital de imagens, sendo, o operador de Canny o principal método para detectar as bordas da imagem. Na aplicação, as arestas de cada forma são armazenadas no vetor. Depois disso, com o número de vértices é possível conhecer a forma que é em seguida, forma a informação é exibida.

Palavras-chave: Reconhecimento de formas. Processamento de imagens. OpenCV.

¹ Felipe Loge S. Lira; Kleber R. Oliveira (Acadêmicos) / ² Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Bellin Ribeiro do Curso de Sistemas de Informação (Orientadora)

DEZ ANOS DE LUTA CONTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Gabriela Marques Pires Cardoso; Juliana Silva Martinez¹
Prof. José Fernando do Amaral Junior²*

Resumo: O trabalho “Dez anos de luta contra violência doméstica”, discorre sobre a história da Maria da Penha Maia Fernandes que deu origem a lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, abordamos os tipos de violência doméstica; as medidas protetivas a serem aplicadas em cada caso; as mudanças que a lei vem sofrendo com o passar dos anos e os reais benefícios que a mesma trouxe para a sociedade, através de dados estatísticos.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Tipos de violência. Medidas protetivas. Mudanças na lei. Dados estatísticos da lei Maria da Penha.

¹ *Gabriela Marques Pires Cardoso; Juliana Silva Martinez (Acadêmicas) / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Curso de Direito (Orientador)*

DIREITO AO ESQUECIMENTO: O DESAFIO DO LIVRE EXERCÍCIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONFRONTADO PELA LIBERDADE DE IMPRESA

*Karime Attuy Patrício Tonus¹
Prof. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²*

Resumo: Antes das inúmeras possibilidades de recursos através da internet, quando alguém cometia um erro não era tão fácil explorá-lo publicamente – mais do que isso, era possível que o indivíduo reconstruísse sua vida e se fosse possível, poderia até corrigir seus erros sem que a lembrança deles o acompanhasse para sempre. Até mesmo as limitações da memória da memória humana contribuíam para isso. No entanto, a exagerada capacidade de armazenamento, busca, exposição e acesso de dados pessoais, via web, permitem localizar informações com extrema facilidade colaborando assim para o que pode significar o fim do esquecimento de qualquer pessoa e de seus atos. Esta, agora definitiva, disponibilidade de informações retrata um atual desafio para o legislador brasileiro. A publicação do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, realizada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em março de 2013 atraiu novas discussões jurídicas sobre o tema ‘Direito ao Esquecimento’, e este trabalho é um breve estudo disposto a analisar a maneira como vem sendo estabelecidos os debates mais evidentes acerca do tema, sua direta ligação com as garantias fundamentais, com o direito à intimidade e à vida privada, e os pontos em que o ‘direito ao esquecimento’ guarda relações e semelhanças no direito penal. Também foram demonstrados exemplos de como o judiciário brasileiro tem reconhecido a existência do direito a ser esquecido e contornado sua aplicação aos casos concretos, ampliando sua definição e propondo discussão privilegiada que permite aos indivíduos um controle maior sobre suas informações pessoais, principalmente aquelas disponibilizadas na internet. Conclui-se o futuro do ‘direito ao esquecimento’ continua como uma questão em aberto, quando desafia a liberdade de imprensa e sociedade, de certa forma, dispostos a lidar com este direito que, embora relativo, pode ser observado como absoluto quando reconhecemos ser um direito que pretende proteger o direito à privacidade e à intimidade.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento. Liberdade de imprensa. Garantias fundamentais. Direito à privacidade. Direito à intimidade. Direito de ser esquecido. Direito de ser deixado em paz. Enunciado 531.

¹ *Karime Attuy Patrício Tonus (Acadêmica) / ² Prof. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito (Orientadora)*

DIREITO POSITIVO E NATURAL EM ARISTÓTELES

*Alexandre Rayes Filho¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²*

Resumo: Investigar a probabilidade do justo; descobrir os obstáculos a investigação; se é algo com que devemos sonhar ou meramente nos contentar. Quando se contempla a pergunta: “o que é justiça? ”, as respostas parecem já prontas. Saber o que é de fato, é uma missão tão improvável quanto saber a verdade. Como compreende-la, e como aplica-la? De qual fonte emana o justo? E quanto a sua integridade: é imutável, perpétuo e uno; ou, frágil ao tempo, é submetido a sua força e por ele coordenado?

Palavras-chave: Aristóteles. Natural. Positivo.

¹ *Alexandre Rayes Filho (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito (Orientador)*

EFEITOS NA PENETRAÇÃO DA SOLDAGEM NO AÇO SAE 1020 PELO PROCESSO TIG (GTAW) COM VARIAÇÃO NO TIPO DE ELETRODO NÃO CONSUMÍVEL E SUA AFIAÇÃO

Rodrigo Ráfaga de Souza; José Claudio Lopes¹
Prof. Fábio Ghirardello Calzavara²

Resumo: Os recentes avanços científicos na área metalúrgica e soldagem permitiram um aumento significativo na qualidade dos processos e produtos manufaturados, por consequência, um investimento maior por parte dos representantes industriais. Tais investimentos necessitam de análises críticas e sensatas a fim de obter um superávit satisfatório. O processo TIG (tungstênio inerte gás) ou GTAW (gás tungsten arc welding) é um dos processos de soldagem ao arco elétrico que se destaca nas indústrias pela sua aplicabilidade em diversos tipos de materiais, similares, dissimilares, pela excelência na penetração, acabamento, fator de limpeza e também pela pouca emissão de gases tóxicos, ruídos e respingos. O estudo nesse artigo terá como foco os tipos de eletrodos não consumíveis de tungstênio (W) com ou sem elementos de liga (EWTh-2, EWCe-2, EW-P, EWZr-2, EWLa-2, E3) bem como no ângulo de afiação para a soldagem do aço SAE 1020, muito utilizado na fabricação de componentes mecânicos. Através dos dados da variação da penetração, dimensão de garganta efetiva, teórica e ZTA obtêm a seleção precisa do tipo de eletrodo de tungstênio (W), com ou sem elementos de liga, de acordo com o tipo de penetração desejada no material de base.

Palavras-chave: Soldagem TIG. Eletrodo de tungstênio. Penetração TIG.

¹ Rodrigo Ráfaga de Souza; José Claudio Lopes (Acadêmicos) / ² Prof. Fábio Ghirardello Calzavara do Curso de Engenharia de Produção (Orientador)

EXAME DE ATENÇÃO COMPUTADORIZADO (EAC) COMO ESTRATÉGIA DIFERENCIADA NA GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA E NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA AVIAÇÃO CIVIL

Thalles Francisco Coutinho¹
Prof. Fabiano Leon de Oliveira Thomassian²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um sistema inovador para o contexto organizacional aeronáutico, que visa à geração da qualidade de vida e à prevenção de acidentes, com o intuito de identificar os colaboradores mais vulneráveis a cometer erros no decorrer de suas atividades laborais. Neste sentido, a literatura apresentará o sistema FOCOS e o Exame de Atenção Computadorizado (EAC) em versões diárias e periódicas, descrevendo de forma sucinta o procedimento de implantação do sistema. Em seguida, serão enfatizados os principais benefícios dessa metodologia inovadora, com foco na gestão da qualidade de vida e na prevenção de acidentes na aviação civil. Posteriormente, será utilizada como referência a experiência de sucesso da implantação do EAC no Núcleo de Operações e Transportes Aéreo (NOTAer), ressaltando os principais benefícios adquiridos com o uso dessa ferramenta. E, por fim, a conclusão de que o baixo nível de atenção é um fator assíduo e normalmente responsável pela maioria dos acidentes, constatando que através do uso de uma ferramenta simples tornou-se possível encontrar o declínio atencional no ambiente organizacional e ainda propiciar a evolução das organizações em segurança e qualidade de vida.

Palavras-chave: Fator humano. Atenção. Gestão. Qualidade. Prevenção. Segurança.

¹ Thalles Francisco Coutinho (Acadêmico) / ² Prof. Fabiano Leon de Oliveira Thomassian do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E A AFRONTA AO PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA – BREVE ANÁLISE DO HC 126.292/SP

Maria Luiza Pagamisse¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²

Resumo: Este trabalho procurou analisar as consequências que a execução provisória da pena traria para o princípio da presunção de inocência. Identificou a previsão legal e sua definição, dada por doutrinadores renomados. Examinou o histórico do instituto, ou seja, como se deu a evolução histórica do princípio da presunção de inocência, tanto no meio internacional como no meio nacional, examinando as previsões em todas as Constituições Brasileiras até então promulgadas. São apresentadas as formas de execução provisória que não afrontam o referido princípio, como no caso das prisões cautelares devidamente fundamentadas. O artigo esclarece quais os entendimentos que foram adotados pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema ao longo do tempo e, como a recente mudança de posicionamento no *Habeas Corpus* 126.292/SP, causou uma instabilidade jurídica, pois faltam decisões uniformes por parte dos Ministros. Apresenta dados de pesquisa sobre o número de presos no país, rebatendo o argumento de que há impunidade no Direito Brasileiro. E, por fim, aborda sucintamente a relativização da presunção de inocência e seus efeitos sobre a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Execução provisória da pena. Princípio da presunção de inocência. Supremo Tribunal Federal. HC 126.292/SP

¹ Maria Luiza Pagamisse (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

FATORES HUMANOS: ABORDAGEM SOBRE SUAS INFLUÊNCIAS NO TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE PILOTOS

Gustavo Fernandes Martim¹
Prof. Me. Silvio Luiz Frank²

Resumo: O presente trabalho aborda sobre o tema do treinamento e formação dos pilotos na presente época e procura discorrer sobre as influências que o mesmo recebe acerca de seu posto de trabalho, falando inclusive sobre a cultura organizacional e sua parcela de responsabilidade. Demonstra alguns problemas que o ser humano enfrenta em seu cotidiano e mostra como tais influências podem afetar negativamente seu trabalho. O artigo ainda aborda ferramentas e técnicas que podem ser incorporadas aos treinamentos e aulas dos pilotos sugerindo formas de trabalho saudáveis e positivas para uma atuação segura no meio aeronáutico.

Palavras-Chave: Cultura organizacional. Falhas. Qualificação. Cognitivo.

¹ Gustavo Fernandes Martim (Acadêmico) / ² Prof. Me. Silvio Luiz Frank do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

FEMINICÍDIO – COMENTÁRIOS A UMA LEI PENAL SIMBÓLICA

Letícia Carolina Angelo¹
Prof. José Fernando do Amaral Junior²

Resumo: Este trabalho procurou identificar as consequências jurídicas mais importantes do feminicídio, nova qualificadora do crime de homicídio, cometido em razão da condição do sexo feminino. A edição no novel incriminador deu origem a um rico debate no âmbito do Direito Penal. Trata-se de mais uma norma voltada a proteção de gênero ou simplesmente mais uma lei populista que exterioriza o mais puro Direito Penal Simbólico? O acompanhamento deste debate permite perceber, por um lado, a importância de se discutir acerca da violência de gênero, e por outro, a improbidade e falta de técnica legislativa pelo legislador brasileiro. Procurou-se demonstrar, nesse sentido, as (várias) improbidades e paradoxos contidos na edição de uma lei que possui ares de ação afirmativa, mas que não passa de mais uma criação inócua e ineficaz na luta contra a violência às mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Feminicídio. Direito penal simbólico.

¹ Letícia Carolina Angelo (Acadêmica) / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Direito (Orientador)

GUIA DE IMPORTAÇÃO DE AERONAVES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA O BRASIL

*Lucas Matheus Dória Soares; Matheus Dal'Laqua Prado¹
Prof. Rogério Ribeiro Cardozo²*

Resumo: A maior parcela de consumidores que adquire uma aeronave fora do seu país de origem acaba recorrendo a empresas especializadas em traslado e trâmites de importação para a realização do serviço. Obviamente seria mais cômodo deixar tudo a cargo da companhia. Porém, para aqueles que sejam economizar e fazer por meios próprios, eis aqui um guia de importação. A reunião de documentos, leis e estudos das legislações, permitiu que esse passo a passo fosse desenvolvido justamente com algumas finalidades: Diminuir o tempo de pesquisa e minimizar os custos com eventuais contratos de empresas especializadas. Esse compilado de informações facilitará qualquer pessoa que deseje trazer uma aeronave dos Estados Unidos para o Brasil.

Palavras-chave: Importação. Guia de importação.

¹ Lucas Matheus Dória Soares; Matheus Dal'Laqua Prado (Acadêmicos) / ² Prof. Rogério Ribeiro Cardozo do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE CRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL

*Verônica Martins Prado Bonfim¹
Prof. Dr. João Henrique Ferreira²*

Resumo: A homoafetividade foi, ao longo do tempo, amplamente discutida e regulada de acordo com o momento histórico e cultural que determinada sociedade vivia, direcionando sua valorização ou discriminação com base na região, na política e nos interesses sociais de cada época. Considerando que o Direito tem o condão de ordenar condutas, reproduzindo um padrão de culturalidade social, cabe a ele ponderar quais fatos possuem relevância jurídica e, portanto, precisam de respaldo jurisdicional. Sendo assim, se estamos no caminho de superar o problema do preconceito no tocante às relações homoafetivas, negar a essa minoria direitos garantidos por nosso ordenamento é sim uma questão que interessa ao Direito. A Constituição de 1988 trouxe elementos fundamentais que possibilitaram a evolução de métodos argumentativos desenvolvidos pela nova hermenêutica, notadamente em relação ao caráter normativo dado aos princípios, redirecionando a aplicação e interpretação do direito, de forma a propiciar a aproximação da realização do ideal de justiça. A partir dessa premissa, a análise crítica da proposta de criminalização da discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero esclarece o meio pelo qual nosso ordenamento interpreta normas constitucionais, a fim de tornar efetivos princípios fundamentais, principalmente os relativos à dignidade da pessoa humana e à igualdade, justificando a necessidade de sua efetiva aplicação em nosso país.

Palavras-chave: Constituição. Homoafetividade. Homofobia.

¹ Verônica Martins Prado Bonfim (Acadêmica) / ² Prof. Dr. João Henrique Ferreira do Curso de Direito (Orientador)

IDENTIFICAÇÃO DE NUDEZ EM IMAGENS DIGITAIS

*Wallace de Freitas Branco; Rafael S. Thomaz¹
Prof. Dr. Kleber R. Oliveira; Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Bellin Ribeiro²*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo realizar a detecção de nudez em imagens digitais, a partir do desenvolvimento de software que utiliza técnicas de processamento de imagens que irá analisar e diagnosticar o percentual de nudez em imagens digitais. Imagens com nudez ou pornografia são mediadoras de ataques provenientes da internet, por isso, a análise da nudez em imagens digitais pode auxiliar na detecção de invasões, vírus, entre outros.

Palavras-chave: Detecção de nudez. Processamento de imagem. Ataques.

¹ Wallace de Freitas Branco; Rafael S. Thomaz (Acadêmicos) / ² Prof. Dr. Kleber R. Oliveira; Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Bellin Ribeiro do Curso de Sistemas de Informação (Orientadores)

IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DE PLACAS DE VEÍCULOS BRASILEIROS UTILIZANDO PROCESSAMENTO DE IMAGENS E OCR

*César A. Gimenes; Paulo F. Franco¹
Prof. Dr. Kleber R. Oliveira; Prof^a. Dr^a. Patrícia Bellin Ribeiro²*

Resumo: Os radares eletrônicos capturam milhares de fotos diariamente nas vias do país. O que realmente interessa nas imagens capturadas é a região correspondente à placa do veículo, porém o radar em si não consegue fotografar apenas essa região, sendo adquirida a imagem de toda a região frontal ou traseira do veículo. Por isso, neste trabalho através de técnicas de processamento de imagem foi identificada, em uma imagem digital, a região que corresponde a uma placa veicular brasileira e posterior reconhecimento de seus caracteres utilizando Optical Character Recognition (OCR).

Palavras-chave: Placas de veículos. Processamento de imagem. OCR

¹ César A. Gimenes; Paulo F. Franco (Acadêmicos) / ² Prof. Dr. Kleber R. Oliveira; Prof^a. Dr^a. Patrícia Bellin Ribeiro do Curso Sistemas de Informação (Orientadores)

IMPLEMENTAÇÃO DE ENSINAMENTOS BÁSICOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO BRASIL

*Reno Montenegro Rodrigues Bezerra¹
Prof. Me. José Luiz Antiga Junior²*

Resumo: O trabalho teve enfoque em apresentar a importância do ensino de básicos princípio e instrumento constitucionais para alunos de escolas públicas e privadas, apresentando os caminhos mais adequados para tal e fazendo uma análise do sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Direito constitucional. Educação. Inclusão. Grade curricular. Rede pública e privada.

¹ Reno Montenegro Rodrigues Bezerra (Acadêmico) / ² Prof. Me. José Luiz Antiga Junior do Curso de Direito (Orientador)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

*Brisa Nogueira Manzano¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: O presente estudo traz uma reunião de ideias acerca dos atos de improbidade administrativa, definições, princípios violados, modalidades, sanções impostas aqueles que agem com desobediência, o assunto na atualidade e o modo como reflete na sociedade. A aplicação da lei a ser estudada, portanto, implica em uma maior cobrança visando proteger o interesse coletivo.

Palavras-chave: Improbidade administrativa. Responsabilidade. Administração. Sanções.

¹ Brisa Nogueira Manzano (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO NO PODER PÚBLICO

*João Vitor Pereira Santos¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: O problema da corrupção no Poder Público assola nosso país e o mundo como um “fantasma”. Diante da população e impregnação desta imoralidade, uniu-se a este um pensamento de impunidade, mesmo abrangendo, na maioria das vezes, ações negativas, antiéticas e criminosas. Tais condutas são, em maior parte, praticadas por Agentes Públicos de todas as esferas e pessoas com alto grau de influência e poder. Diante dessa impunidade que os cercam, criaram-se meios de combate e medidas para que fossem punidas de maneira eficaz, como as normas implementadoras: lei de improbidade administrativa e outras fontes normatizadoras.

Palavras-chave: Poder público. Improbidade administrativa. Sanções pela improbidade. Medidas anticorrupção.

¹ João Vitor Pereira Santos (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

IMUNIDADE PARLAMENTAR: A QUESTÃO DO DECORO PARLAMENTAR

Gabriela da Silva Rodrigues¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²

Resumo: Este trabalho procurou identificar o limite da imunidade parlamentar, por meio do estudo das origens do parlamento e do próprio instituto citado. Sendo certo que a quebra de decoro parlamentar é o que possibilita a relativização da imunidade parlamentar. Nos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal há um capítulo que aborda os casos em que há quebra de decoro parlamentar, mostrando a importância que o tema possui. Ainda, foram trazidos nesse estudo, como forma de ilustrar a discussão exposta, os casos em que houve cassação de mandato dos Deputados Federais e Senadores que extrapolaram o limite que lhes é permitido. Sendo que atualmente, dois deputados, em especial, são alvos do Conselho de Ética de Decoro Parlamentar.

Palavras-chave: Decoro. Poder legislativo. Imunidade parlamentar. Constituição Federal.

¹ Gabriela da Silva Rodrigues (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

INCONSTITUCIONALIDADE DA FASE DE LANCES DO PREGÃO ELETRÔNICO

Diego Ferreira¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²

Resumo: O pregão eletrônico é uma realidade nos dias de hoje, esta modalidade de licitação traz agilidade, comodidade e economicidade para Administração Pública. Para alcançar o princípio da economicidade a Administração Pública precisa primeiramente percorrer todas as etapas do pregão na forma eletrônica, por sua vez, o rito de realização das etapas deste modalidade infringe uma das normas estipulada pela Lei nº 10.520/2002 que institui a modalidade de licitação “Pregão”, que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.450/2005 que regulamenta o pregão na forma eletrônica no Brasil, onde no momento da classificação das propostas para abertura da etapa de lances, os sistemas em vigor no Brasil não observam os critérios segundo a classificação das propostas para concorrência.

Palavras-chave: Direito Administrativo. Direito constitucional. Licitação. Pregão eletrônico. Inconstitucional.

¹ Diego Ferreira (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

INQUÉRITO CIVIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Bruno Maciel Bordini¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²

Resumo: Este trabalho procurou estudar e trazer breve conhecimento acerca da ferramenta investigatória denominada inquérito civil, a qual serve para auxiliar os trabalhos dos membros do Ministério Público nas diversas áreas de atuação, mas que inicialmente se prestou somente a área cível, especialmente para servir de suporte a ação civil pública. Esse procedimento possui três fases: instauração, instrução e conclusão. O principal objeto deste procedimento é apurar a existência de uma lesão a interesse coletivo em sentido amplo e caso note a inexistência de alguma lesão, o procedimento poderá ser arquivado, porém para isso deve-se seguir alguns trâmites legais que serão analisados no decorrer do trabalho em tela. Para o levantamento das informações foi utilizado a doutrina mais atualizada sobre o tema, jurisprudências e legislações que versem sobre o tema, tendo por foco as legislações gerais, ou seja, que se aplicam a todos os entes da federação e a legislação do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Inquérito civil. Evolução histórica. Natureza jurídica. Características.

¹ Bruno Maciel Bordini (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

LIBERDADE RELOGIOSA EM UM ESTADO LAICO

*Bruna Hellen dos Santos; Marina Eliert Oliveira¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²*

Resumo: Tem-se por objetivo, no presente artigo, articular os direitos e aos deveres individuais e coletivos, que também são chamados de direitos dos “cidadãos”, que se encontram no artigo 5º, que arrola, em seus incisos VI, VII, VIII, a liberdade religiosa, um direito fundamental, que compreende a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, significando ser inviolável a liberdade de qualquer cidadão de manifestar suas crenças e cultos ou não manifestar nenhum credo. Também será relatado nesse artigo p Brasil como um Estado Laico, por não ter uma religião oficial. A escolha do tema tratado foi pelo motivo de ainda existirem várias dúvidas sobre o significado de Estado Laico e por não se tratar de um tema de difícil compreensão. Procuramos abordar sobre o assunto para esclarecer de uma maneira singela a todos.

Palavras chave: Liberdade religiosa. Religião. Constituição. Estado laico.

¹ Bruna Hellen dos Santos; Marina Eilert Oliveira (Acadêmicas) / ² Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito (Orientador)

LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO DA LIDERANÇA

*Ana Beatriz Gonçalves Lobet Villas; Giovana Pereira; Victor Hugo Gusmão Fernandes¹
Profª. Ma. Elis Angela dos Anjos²*

Resumo: A liderança e a motivação caminham juntas, quando analisamos o comportamento do empresário moderno. Já acostumamos a ouvir que posturas de lideranças fazem diferença quando se trata do meio empresarial, todavia, nem sempre os colaboradores das empresas conseguem absorver lideranças, com esse perfil. Esse trabalho expões a construção de líderes na forma prática, não sendo em si uma receita a ser seguida, mas uma direção ao caminho de liderar e manter sua equipe inspirada e focada nos objetivos. Entre outras características da liderança está também a administração de conflitos, sendo necessário o seu entendimento para a obtenção de maior cooperação da equipe, além da possibilidade de atingir um melhor resultado quando o líder é capaz de articular a equipe em direção a resolução de conflitos.

Palavras-chave: Liderança empresarial. Motivação. Administração de conflitos.

¹ Ana Beatriz Gonçalves Lobet Villas; Giovana Pereira; Victor Hugo Gusmão Fernandes (Acadêmicos) / ² Profª. Ma. Elis Angela dos Anjos do Curso de Administração (Orientadora)

LIDERANÇA: UMA REFLEÇÃO CONTEXTUAL

*Jessica Cardoso Leal¹
Profª. Ivone Aparecida Lucas²*

Resumo: Este trabalho é um estudo teórico que procurou identificar e descrever os diferentes tipos de liderança exercidos dentro das organizações e descrever suas formas de liderar, mostrando qualidades e aspectos que caracterizam os estilos de líderes, mostrando qualidades e aspectos que caracterizam os estilos de líderes. Qualquer que seja o modelo de liderança adotado pela empresa trará consequências diretas no desempenho dos colaboradores. Essas consequências podem ou não funcionar como incentivos para motivar os colaboradores a ficarem mais satisfeitos e melhorarem a produtividade. Com as mudanças nas políticas organizacionais, a liderança ao longo do tempo foi sofrendo alterações na sua posição surgindo novos modelos teóricos e conseqüente estilos novos de liderar.

Palavras-chave: Líder. Teorias. Desempenho.

¹ Jessica Cardoso Leal (Acadêmica) / ² Profª. Ivone Aparecida Lucas do Curso de Administração (Orientadora)

LINGUAGEM JURÍDICA E O JURIDQUÊS

*Marina Camargo Arthuso; Nathalia Paes Sanches¹
Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo mostrar que o juridiquês em excesso é prejudicial à comunicação e à linguagem jurídica. O mesmo compromete a mensagem a ser transmitida, o resultado desejado e consequentemente a imagem do profissional do Direito. O juridiquês é um jargão dos profissionais do Direito, com a função de facilitar a comunicação entre estes profissionais. Porém, este utilizado de maneira errônea e em demasia, prejudica inteiramente o texto.

Palavras-chave: Linguagem jurídica. Juridiquês. Comunicação verbal. Comunicação não-verbal. Oralidade. Oratória.

¹ Marina Camargo Arthuso; Nathalia Paes Sanches (Acadêmica) / ² Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Direito (Orientadora)

MATERNIDADE CONDENADA

*Jessica Fernanda Cinigaglia; Izabela Alem¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Atualmente, com o papel da mulher mais frequente como chefe de família, garantidora de lar e supridora das necessidades o número de mulheres em penitenciárias cresce em índices alarmantes, todavia a estrutura e preparo do Estado são precários, sem contar que o fato de muitas mulheres chegarem grávidas ou com bebês recém-nascidos são ignorados. Somos levados a pensar que quem cometeu um delito tem que pagar não somente com a liberdade, mas também com a dignidade. E é em cima dessa linha de raciocínio que desenvolvemos o referido estudo, apontando quais necessidades devem ser supridas, quais mudanças devem acontecer, para mantermos a segurança jurídica sem deixar de lado os direitos e garantias fundamentais da mulher grávida e aquela com bebês recém-nascidos.

Palavras-chave: Dignidade. Penitenciária. Sub-humano. Amamentação.

¹ Jessica Fernanda Cinigaglia; Izabela Alem (Acadêmicas) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

MEREÇO SER INTERNADO? A DIGNIDADE HUMANA EM CONFLITO COM O DIREITO À LIBERDADE DO DROGADICIO CRÔNICO

*Stefani Eduarda Brasil Castor¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Este estudo aborda a internação compulsória como medida de *última ratio* para o tratamento dos dependentes químicos, que em decorrência do uso de drogas lícitas ou ilícitas perdem o discernimento, desencadeando assim distúrbios. Para isso, há a explanação da definição dos direitos fundamentais e a iniludível importância desses nas relações interpessoais, destacando objetivamente o direito à vida, dignidade da pessoa humana, a liberdade, a saúde e o princípio da igualdade, bem como aponta as definições de internações voluntárias, involuntária e compulsória à luz da Lei 10.216/2001, chamada de Reforma Psiquiátrica Brasileira. Por fim, traz considerações acerca da incidência dos direitos fundamentais no conflito constitucional existente quando a internação compulsória se efetiva.

Palavras-chave: Dependência química. Internação compulsória. Lei 10.2016/2001. Constitucionalidade.

¹ Stefani Eduarda Brasil Castor (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

O ABORTO EM CASOS DE MICROCEFALIA E A BANALIZAÇÃO DA VIDA

*Larissa B. G. Dionizio; Isabel C. R. Sierra; Guilherme M. Dias¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: O objetivo deste artigo é discorrer sobre o instituto da vida sobre diferentes enfoques, tanto humano, como médico, jurídico e religioso, e discutir a prática do aborto, sob os mesmos aspectos, diante do recente surto da doença microcefalia. Utilizamos como base e fonte de pesquisa a legislação pátria, assim como artigos, textos e também livros sobre os assuntos. Fazendo uso da Constituição que coloca o direito à vida como cláusula pétrea, para garantir que este seja inviolável de qualquer maneira, e igualmente do Código Penal Brasileiro, como será apresentado pelo presente trabalho, que abre exceção permitindo algumas formas de aborto como, por exemplo, o praticado por médico para salvar a vida da gestante, caso a gravidez resulte de estupro e tenha consentimento desta para praticá-lo, ou ainda se o feto for anencefálico, preenchidos os devidos requisitos, em contra ponto, condenando a prática em outros casos. Do ponto de vista religioso, a Igreja Católica se mostra definitivamente contra o aborto nesse, e em todos os casos, enquanto a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ainda não tem posição formada sobre o assunto recente. A microcefalia, sendo uma má formação na qual, do ponto de vista estético e, portanto, mais reconhecido pela população, os bebês nascem com a cabeça menor que o normal, e sua recente entrada nas pautas mundiais, é o foco principal do trabalho com enfoque específico ainda na permissão do aborto, o que poderia resultar da possibilidade do chamado aborto eugênico, que é interrupção seletiva da gravidez, também tratada por esse artigo. No presente trabalho analisaremos a polêmica de todos os pontos de vista sempre partindo do ponto, e usando como guia, o direito à vida, no qual os temas propostos também induzem a criação de novos métodos e tecnologias para se ter com mais antecedência e precisão diagnósticos a respeito de possíveis doenças que venham a prejudicar o feto, permitindo assim um planejamento familiar de vida diante de tal situação.

Palavras-chave: Constituição Federal. Direito à vida. Anencefalia e microcefalia. Aborto. Banalização da vida.

¹ Larissa B. G. Dionizio; Isabel C. R. Sierra; Guilherme M. Dias (Acadêmicos) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

O EXCESSO DA JORNADA DE TRABALHO EM CORRELAÇÃO AOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS

*Murilo Henrique Poppi Rossi¹
Prof. Me. Rogério Rodrigues de Freitas²*

Resumo: Este trabalho perscrutou as razões que ensejam a expressiva incidência de acidentes rodoviários, averiguando a profissão de motorista profissional. Desvelando o assunto, asseverou-se que os episódios ocorrem exponencialmente pelo excesso das jornadas de trabalho as quase estão sujeitos à categoria. Os motivos para tanto se albergam no processo de produção capitalista, buscando incessantemente o maior lucro. Nesse viés, é sadio salientar que, se por um lado, o trabalhador vende sua força de trabalho, seja ela física e/ou intelectual, pelo outro é ferozmente vedado fazê-lo com a sua saúde – é, pois, direito humano, inerente ao trabalhador. A observância do direito às jornadas compatíveis de trabalho, à saúde e à dignidade do trabalhador nos conduz a provável atenuação dos acidentes rodoviários.

Palavras-chave: Excesso da jornada de trabalho. Direitos humanos. Acidentes rodoviários. Motoristas profissionais.

¹ Murilo Henrique Poppi Rossi (Acadêmico) / ² Prof. Me. Rogério Rodrigues de Freitas do Curso de Direito (Orientador)

O IMPACTO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA: UM ESTUDO DE CASO

*Julia Moço Roberto Caridi; Natália Lombardi Branco¹
Prof. Osvaldo Luiz Gonçalves da Cunha²*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o impacto que a escolha do sistema tributário de uma empresa pode provocar na formação do preço de venda de seus produtos. Foi realizada uma pesquisa com uma abordagem quanti-qualitativa sobre as legalizações aplicáveis a 3 tipos de sistema tributário: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, bem como o impacto de suas respectivas cargas tributárias na formação de preço de uma determinada empresa. Constatou-se que uma boa gestão tributária auxilia a administração da empresa no controle dos seus custos tributários, bem como, estabelecer a alteração no preço de vendas frente às 3 opções de tributações estudadas neste artigo. A empresa que faz parte deste estudo comercializa um único produto junto às prefeituras municipais, o que facilitou a comparação proposta neste artigo. Suas vendas estão restritas ao estado de São Paulo e seus contratos são oriundos de concorrências públicas. O produto comercializado pela empresa é sacos de lixo consumido na administração pública pelas prefeituras municipais, o que é caracterizado como materiais de consumo e interferem no cálculo do preço de vendas são os custos, despesas operacionais e margem de lucro pretendida pela empresa, porém, na análise realizada neste estudo, tais itens se tornaram fixos, visto que não sofreram alterações com o regime tributário estudado. Portanto, utilizando um termo de economia, exceto a parte tributária, foi considerado uma condição *ceteris paribus* para os demais componentes no preço de vendas.

Palavras-chave: Preço de vendas. Tributos. Gestão tributária.

¹ *Julia Moço Roberto Caridi; Natália Lombardi Branco (Acadêmicas) / ² Prof. Osvaldo Luiz Gonçalves da Cunha do Curso de Administração (Orientador)*

O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA

*Maria Fernanda Vicentini de Oliveira Romão¹
Prof. José Fernando do Amaral Júnior²*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo conceituar e citar as principais características relacionadas ao instituto da delação premiada, tais como: o surgimento no Brasil; os diversos entendimentos doutrinários em relação as espécies de delação; os requisitos específicos, necessário para a concessão, presentes em cada legislação que menciona o instituto; e, por último, o momento mais adequado para se propor a delação, (tendo em vista que o legislador é omissivo em relação ao mesmo) bem como a forma e a autoridade competente para apresentá-la. Além do mais, aborda os direitos do colaborador, trata da natureza jurídica e da constitucionalidade, sendo esses últimos, pontos geradores de opiniões conflitantes.

Palavras-chave: Colaboração premiada. Requisitos. Interpretação. Espécies. Natureza jurídica. Constitucionalidade.

¹ *Maria Fernanda Vicentini de Oliveira Romão (Acadêmica) / ² Prof. José Fernando do Amaral Júnior do Curso de Direito (Orientador)*

O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA E SUA IMPORTÂNCIA NA OPERAÇÃO “LAVA JATO”

*Lucas Braite Pinto¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Este trabalho procurou evidenciar o progresso do instituto da delação premiada na trajetória do Direito Processual Pena, não apenas no Brasil, como também no mundo, observando os principais fatos históricos nos quais foi aplicado o instituto, bem como detalhando a evolução da legislação pátria que versa sobre a matéria. No mais, em consonância ao cenário político atual, este trabalho visa explanar a aplicação do instituto da delação premiada na operação “Lava Jato”, realizada pelo Ministério Público Federal, com uma análise do primeiro acordo celebrado no caso: do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Após inúmeras críticas e questionamentos acerca de sua constitucionalidade, o instituto da delação premiada vem se aperfeiçoando ao longo do tempo, tornando-se uma efetiva ferramenta de combate ao crime organizado, na qual aqueles que necessitam de informações negociam com aqueles que possuem tais informações, em favor do interesse público. Na operação “Lava Jato”, a delação premiada foi substancial para seu desenvolvimento em virtude da quantidade de acordos realizados entre o Ministério Público e os criminosos, que possibilitaram o avanço da operação e a restituição de grande parte das propinas aos cofres públicos. Neste sentido, o instituto da delação premiada pode oferecer e já oferece importante apoio à justiça e ao combate à criminalidade.

Palavras-chave: Delação premiada. Direito Processual Penal. Operação Lava Jato. Petrobras. Paulo Roberto Costa.

¹ Lucas Braite Pinto (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

O INSTITUTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

*Jessica Diniz da Silva¹
Prof^a. Ma. Daniela Nunes Verissimo Gimenes²*

Resumo: O artigo tem como objetivo principal, tratar sobre a União Estável, trazendo o esclarecimento em uma ordem cronológica, desde a constituição dessa entidade familiar, até o óbito de um dos companheiros. A União Estável é tão importante quanto o casamento, tendo em vista, os efeitos que ela produz, gerando direitos e obrigações, além de partilha de bens. O reconhecimento da União Estável é um grande avanço para a nossa sociedade, pois não traz injustiças para aqueles que possuem uma convivência duradoura, que por alguma particularidade não celebram matrimônio, perca direitos ou deixe de cumprir obrigações, todo direito deve ser reconhecido.

Palavras-chave: União estável. Direito de família. Efeitos jurídicos da união estável. Requisitos para configuração da união estável.

¹ Jessica Diniz da Silva (Acadêmica) / ² Prof^a. Ma. Daniela Nunes Verissimo Gimenes do Curso de Direito (Orientadora)

O INSTITUTO TÉCNICO DA DESAPOSENTAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

*Felipe Correia¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²*

Resumo: O instituto técnico da desaposentação frente ao atual panorama jurídico brasileiro é o tema central do artigo em testilha, o qual aborda o cenário histórico e os antecedentes que impulsionaram o surgimento do mecanismo. A natureza técnica, as modalidades e o procedimento necessário à desaposentação são assuntos igualmente abordados no presente artigo, tendo em vista a destacável importância do instituto no contexto atual, pois são inúmeros os aposentados que, mesmo após o jubramento, retornaram ao mercado de trabalho e continuaram a verter contribuições junto ao sistema previdenciário, almejando a renúncia do atual benefício e consequente percepção de uma nova aposentadoria, mais rentável economicamente, com base nas novas contribuições vertidas após o primeiro jubramento. Nota-se que as teses carreadas pelos defensores e detratores do mecanismo da desaposentação assumem relevante importância para o estudo do instituto, tendo em vista a divergência jurisprudencial e a ausência de regulamentação legal acerca do tema. Atualmente, a possibilidade do desjubramento encontra-se sob a análise do Supremo Tribunal Federal, o qual já reconheceu a repercussão geral do tema.

Palavras-chave: Desaposentação. Contribuições. Renúncia. Condições econômicas.

¹ Felipe Correia (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito (Orientador)

O MARKETING COMO FATOR DE MUDANÇA NAS ORGANIZAÇÕES EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA

César Diego Sandoval Mas Urtado; Thiago Henrique Catalano¹

Resumo: Em momentos de crise, a criatividade é quem renova as estratégias empresariais nas organizações, pois é nesse momento que as empresas mais precisam de recursos para suportar as dificuldades que a fragilidade econômica proporciona. O marketing serve tanto nos bons momentos econômicos quanto em situações não tão favoráveis. Sendo assim, devemos entender que controlar uma organização não depende de seu tamanho, mas sim da estratégia adotada para sua gestão e que essa, pode mudar a qualquer momento.

Palavras Chave: Marketing. Marketing nas organizações. Crise econômica. Marketing solucionando problemas.

¹ César Diego Sandoval Mas Urtado; Thiago Henrique Catalano

O MARKETING PESSOAL APLICADO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL

*Gabrielle de Carvalho Hermogenes¹
Prof. Daniel Lima Vialogo²*

Resumo: O artigo a seguir aborda assuntos importantes para a ampliação de seu marketing pessoal, de forma a destacar as competências e habilidades de cada indivíduo trabalhando para atuarem e se destacarem neste atual mundo competitivo. A partir da leitura e reflexão você saberá o quão é importante trabalhar e ampliar cada dia mais seu marketing pessoal, sabendo o seu significado, quais seus pontos fortes e onde ele pode chegar seguindo os tópicos a seguir. O mesmo foi elaborado através de pesquisas bibliográficas de livros, sites e outros artigos. Aqui, você saberá como deve se comportar, falar, andar, vestir, aprenderá sobre o que realmente é importante para alavancar seu marketing pessoal, ele não é feito do dia para noite, mas sim construído e moldado dia após dia. Seja bem-vindo neste grande mergulho de conhecimento e ideias em rumo ao sucesso.

Palavras-chave: Imagem pessoal. Crescimento profissional. Diferencial.

¹ Gabrielle de Carvalho Hermogenes (Acadêmica) / ² Prof. Daniel Lima Vialogo do Curso de Administração (Orientador)

O PODER JUDICIÁRIO A CAMINHO DA ERA DIGITAL

Gabriela Rossi Paulino¹
Prof. Me. Márcio Gavaldão²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo observar as melhorias que a Lei 11.419/06 trouxe para o poder judiciário, bem como todas as mudanças que ela causou no mesmo durante esses 10 anos de vigência. Procura enfatizar ainda as alterações que o Novo Código de Processo Civil gerou na própria Lei 11.419/06, as correspondências entre eles, bem como a atuação conjunta de ambos no âmbito jurídico brasileiro. Através de um histórico do processo, mostra-se a sua evolução no decorrer do tempo, até que se inicie a digitalização do Poder Judiciário brasileiro com a Lei da Informatização do Processo Digital.

Palavras-chave: Lei 11.419/06. Processo eletrônico. Novo código de processo civil.

¹ Gabriela Rossi Paulino (Acadêmica) / ² Prof. Me. Márcio Gavaldão do Curso de Direito (Orientador)

O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL FRENTE OS PROBLEMAS DA SAÚDE PÚBLICA

Bianca Marques Lopes; Thalita Messias Cabestré¹
Prof. Dr. Pietro de Jesús Lora Alarcón²

Resumo: Este trabalho analisa o princípio da reserva do possível e identifica seus reflexos no âmbito do direito à saúde. O estudo dos direitos sociais nos leva a verificar a estrutura garantidora do Estado. Sendo os direitos sociais em sua grande maioria direitos prestacionais, o Poder Público possui o dever de subvencionar sua concretização, devendo escolher por meio de políticas públicas o modo de efetivá-los. O direito à saúde é um direito fundamental e, segundo a Constituição Federal é universal e igualitário. Por isso, o Estado deve promover, proteger e recuperar a preocupante devido a óbices no efetivo cumprimento do dever estatal referente ao direito à saúde, utilizando o princípio da reserva do possível, que consiste em que as pessoas somente podem requisitar do Estado o que razoavelmente dele pode se esperar, como forma de esquivar-se de seu dever prestacional. Por fim, esta pesquisa analisa uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em que a Corte reconhece que o princípio tem sido utilizado sem critérios, como mero pretexto de evasão da concretização do direito à saúde. Deste modo, este trabalho defende a efetiva prestação do direito à saúde pelo Estado.

Palavras-chave: Reserva do possível. Direito à saúde. Efetividade dos direitos.

¹ Bianca Marques Lopes; Thalita Messias Cabestré (Acadêmicas) / ² Prof. Dr. Pietro Jesús Lora Alarcón do Curso de Direito (Orientador)

O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Daniel Augusto Simon¹
Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes²

Resumo: Este trabalho procurou identificar a importância do princípio da supremacia do interesse público e de sua aplicabilidade na gestão administrativa do país, analisando os impasses que surgem quanto à sua interpretação. Tratou de assuntos pertinentes à ponderação dos interesses e suas características, haja vista a necessidade de o interesse público ser compreendido de maneira proporcional e razoável, e de maneira devidamente fundamentada, para que não haja deturpação de sua real essência. Neste contexto, pautou-se a questão dos direitos fundamentais e, por fim, o poder de polícia, o qual integra a Administração Pública, auxiliando-a em sua função, qual seja: gerir o interesse público na esfera Estatal.

Palavras-chave: Administração pública. Princípios. Supremacia do interesse público.

¹ Daniel Augusto Simon (Acadêmico) / ² Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes do Curso de Direito (Orientador)

O USO DE GERUNDISMO EM LIGAÇÕES TELEFÔNICAS

Gabriela Coimbra Cicotosti; Roberta Passos Pontalti¹
Prof. Me. Paulo Sergio Rosalin Moreno²

Resumo: Este trabalho procurou apontar um dos fatores que levam ao aumento do tempo médio de atendimento nos *calls centers*. Foram analisadas pesquisas, que apontaram o gerundismo, como um dos responsáveis pelo maior tempo das ligações. Ainda, aponta-se como solução o treinamento dos operadores para que as ligações se tornem menos compridas e mais objetivas, apenas corrigindo o modo de falar dos atendentes.

Palavras-chave: Gerundismo. *Call centers*. Telemarketing. Tempo médio de atendimento.

¹ Gabriela Coimbra Cicotosti; Roberta Passos Pontalti (Acadêmicas) / ² Prof. Me. Paulo Sergio Rosalin Moreno do Curso de Administração (Orientador)

O VALOR DO CAPITAL HUMANO

Marina Maldonado¹
Prof^a. Ma. Camila Roberta Muniz Serra²

Resumo: Este trabalho visa demonstrar como as pessoas são fundamentais para as organizações, visto que algumas empresas não dão a devida importância para o seu capital humano, concentrando-se apenas em seus recursos financeiros e econômicos, deixando de lado seus recursos humanos, mas não se dão conta que estes são seus únicos recursos ativos, os recursos financeiros e econômicos são passivos, logo, requerem a aplicação humana para gerar valor. Para melhor utilização do seu capital intelectual, há várias estratégias para a valorização do capital humano. É cada vez mais comum a utilização do empowement com a descentralização e o achatando da tradicional pirâmide hierárquica, não é viável que todas as decisões fiquem sob responsabilidade de uma única pessoa. A qualidade de vida no trabalho é um dos pontos em que a empresa mais precisa se atentar, pois há alguns conflitos nas organizações devido ao fato de que as pessoas não estão satisfeitas com algum aspecto em seu trabalho, para identificar estes aspectos negativos, a empresa pode utilizar a pesquisa de clima organizacional. Outras vezes as pessoas estão desmotivadas, cabe ao gerente de linha e o RH identificar estas pessoas através do feedback e tentar motivá-las, mas motivação difere em cada pessoa, e muitas vezes na mesma pessoa em períodos de tempo diferentes. Com alguns estímulos as pessoas se transformam em um investimento de baixo custo, enquanto o capital físico se deprecia com o uso, o conhecimento se valoriza cada vez mais com o tempo.

Palavras-chave: Pessoas. Capital humano. Gestão de pessoas. Motivação. Criatividade. Conhecimento.

¹ Marina Maldonado (Acadêmica) / ² Prof^a. Ma. Camila Roberta Muniz Serra do Curso de Administração (Orientadora)

O VALOR JURÍDICO DO AFETO E O ILÍCITO PELO DESAMOR NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Aliffer Henrique dos Santos; Tamires Midori de Lima Suzuki Xavier¹
Prof^a. Meire Cristina Queiroz Sato²

Resumo: Como resultado de investigação científica produzida no PIBIC Unisalesiano 2015/2016, utilizando o método de pesquisa bibliográfica, a pesquisa sobre o afeto e a afetividade, com suas conseqüentes implicações jurídicas, encontra relevância nas ciências humanas e sociais, sobretudo para o Direito de Família. O afeto deixa de ser de interesse exclusivo daqueles que o sentiam, para se definir como fato jurídico, pois possui valores na órbita jurídica de alcance constitucional. Uma vez lesado, o desamor e o desafeto provocarão danos emocionais que podem desestruturar a entidade familiar. A problemática envolve, especificamente, a relevância do afeto na relação entre pais e filhos, refletindo a possibilidade de indenização por dano moral pelo abandono afetivo. É no princípio da afetividade que as relações familiares são fundamentadas, onde o respeito, o sentimento, o carinho, o amor, o cuidado e as emoções são elementos propulsores para as relações pessoais e familiares, cujo objetivo é o desenvolvimento da pessoa humana. A entidade familiar contemporânea deixa de ter apenas função reprodutiva para ser uma entidade de afeto e de solidariedade.

Palavras-chave: Princípio da afetividade. Direito de família. Desamor. Abandono afetivo. Dano moral.

¹ Aliffer Henrique dos Santos (Acadêmica) / ² Prof^a. Meire Cristina Queiroz Sato do Curso de Direito (Orientadora)

OBTENÇÃO DA VERDADE NOS RELATOS DAS TESTEMUNHAS ATRAVÉS DE ANÁLISES PSICOLÓGICAS

*Monique Mazon Queiroz¹
Prof. Me. Antonio de Queiroz Pereira Calças²*

Resumo: Este artigo propõe mostrar a importância das análises psicológicas para a obtenção da verdade nos relatos das testemunhas. Essas análises psicológicas são cada vez mais aceitas e usadas pelos operadores do Direito, os quais vêm percebendo a evidente e significativa ajuda que as mesmas podem proporcionar à sociedade e ao próprio Direito; auxiliando-lhes a alcançar o ideal de justiça ao mostrar-lhes a verdade. Verdade esta que muitas vezes está mascarada e suprimida por demais emoções. Assim sendo, o uso da psicologia nos relatos das testemunhas nos permite, entre outras coisas, perceber os motivos que levam as testemunhas a mentir intencionalmente, restaurar a credibilidade da prova testemunhal e ajudar as relações processuais tornando-as mais justas.

Palavras-chave: Relatos de testemunhas. Mentira intencional. Análises psicológicas. Verdade. Ética.

¹ Monique Mazon Queiroz (Acadêmica) / ² Prof. Me. Antonio de Queiroz Pereira Calças do Curso de Direito (Orientador)

OLIGOPÓLIO MUDIÁTICO E O CORONELISMO COMUNICACIONAL: EMPECILHOS À FORMAÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA LIVRE

*Thales Coelho¹
Prof^a. Ma. Tatiana Stroppa²*

Resumo: O presente artigo pretende explorar questões ligadas à comunicação social no Brasil, enfocando o problema do oligopólio e a relação de políticos que ocupam mandatos eletivos no Congresso Nacional com a exploração da radiodifusão de sons e de sons e imagens, revelando o problema que tais situações ocasionam para o Estado Democrático de Direito. A partir de uma pesquisa bibliográfica e da análise das declarações de bens dos Deputados e Senadores, conseguiu-se trazer para a discussão os temas citados. Ao fim, sem esgotar o tema, revela-se a necessidade de uma regulação Estatal de forma democrática e não burocrática no tocante às concessões, uma maior fiscalização acerca dos critérios escolhidos para concessão ou renovação de concessão e uma punição efetiva para aqueles que descumprirem a vedação constitucional trazida no art. 54, I e II, sendo possível construir, no Brasil, uma opinião pública democrática.

Palavras-chave: Comunicação social. Coronelismo comunicacional. Opinião pública. Oligopólio.

¹ Thales Coelho (Acadêmico) / ² Prof^a. Ma. Tatiana Stroppa do Curso de Direito (Orientadora)

OS EXTREMOS DE UMA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA

César Diego Sandoval Mas Urtado; Thiago Henrique Catalano¹

Resumo: Com a criação dos blocos econômicos no mundo com o propósito de permitir uma maior integração econômica dos países membros, visando um aumento da propriedade entre esses países. Surgiu a necessidade para a adoção de um modelo de unificação monetária, com intuito de reduzir custo. A adoção de uma moeda única pelos países membros é uma possibilidade que pode alterar a realidade econômica, cultural, política e social do bloco. Trata-se de um passo além do processo de integração comercial, com consequências mais amplas que as vivenciadas antes da integração. Conforme explicam Baumann et al (2004), uma unificação monetária é composta de uma política cambial conjunta (fixando as paridades entre as moedas), da integração do mercado de capitais (livre movimentação de capitais entre os países participantes), da coordenação das políticas monetárias (com o objetivo de ter taxas de inflação iguais dentro do bloco), da adoção de uma moeda comum e da criação de um banco central único para o bloco (que controlaria o processo de emissão da moeda única). Isso fará com que reduza a margem de manobra para lidar com as situações de disparidades de desempenho ou de níveis de renda entre regiões da mesma área, porque para o sucesso desse modelo, os países terão que ter uma simetria parecida, ao contrário, haverá um desajuste econômico e da moeda no bloco. Numa união monetária nem tudo são louros, pois, por trás de todos os benefícios há custos e os países membros do bloco deverão discutir o quanto estarão dispostos em assumir os supostos impactos negativos e positivos que estes custos e benefícios irão trazer ao seu país. Objetivo deste trabalho é definir se a integração monetária é viável e interessante para os países membros e qual os custos e benefícios que trará para os países membros do bloco. Através de análise de dados coletados em livros, site de cunho científico, tese e artigos publicados.

Palavras-chave: Moeda única. Blocos econômicos. Euro. Mercosul. Integração monetária.

¹ César Diego Sandoval Mas Urtado; Thiago Henrique Catalano

OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

*Luiz Felipe Sita e Souza Bragante¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: O presente trabalho visa analisar os principais pontos referentes aos sistemas administrativos. Dessa maneira, para alcançarmos este objetivo, analisamos a evolução histórica do direito administrativo, desde a Grécia, com suas funções e seus agentes administrativos, mas não a ciência, propriamente dita, a Roma, da mesma forma, com algumas funções e agentes, ainda que alguns fossem positivados em lei, mas sem o Direito Administrativo, a Idade Média, período quase que de transição, e a Era Moderna, com o Direito sendo dividido nas diferentes nações, mas com enfoque nas principais delas na época, a Itália, a Alemanha e a França, que percorreram diferentes caminhos na evolução da ciência aqui estudada, mas que, postumamente, resultaram no atual Direito Administrativo. Após, pudemos analisar os sistemas administrativos, mais precisamente do Contencioso Administrativo, com sua dupla jurisdição, uma para as contendas administrativas e outra para as demais, e o da Jurisdição Uma, sistema absorvido pela Brasil e que possui apenas uma jurisdição que análise todas as demandas contenciosas, privadas ou não.

Palavras-chave: História do Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Sistema do Contencioso. Sistema da Jurisdição Uma.

¹ Luiz Felipe Sita e Souza Bragante (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

PARTICIPAÇÃO DO PROTOCOLO DE KYOTO NO PIB BRASILEIRO

*Danilo Giroto Domingues; Gabriel Filenga Manzutti¹
Prof^a. Ma. Salete Aparecida Rossini Lara²*

Resumo: O objetivo desse projeto é analisar a emissão de gases pelas indústrias brasileiras, comparando os resultados com os dados do protocolo de Kyoto, com a finalidade de entender o desenvolvimento econômico do Brasil. Utilizando para tal análise o crescimento do PIB e as normas do protocolo. Esse trabalho consiste em uma série de pesquisas em sites confiáveis e artigos já concluídos, sobre conceitos do protocolo de Kyoto e quais os gases que as normas do protocolo determinam para reduzir a emissão. Ao final desse trabalho foi observado que o Brasil não atinge o potencial de desenvolvimento esperado.

Palavras-chave: Protocolo de Kyoto. Desenvolvimento econômico. Brasil.

¹ Danilo Giroto Domingues; Gabriel Filenga Manzutti / ² Prof^a. Ma. Salete Aparecida Rossini Lara

PEDOFILIA NO ÂMBITO VIRTUAL

*Giulia Pilhalarme Paixão¹
Prof. Me. Vanderlei Ferreira de Lima²*

Resumo: Está cada vez mais notável que a internet se tornou um bem essencial na vida de diversas pessoas, utilizada para o aprofundamento de conhecimentos, trabalhos, lazer e tantas outras utilidades que procuramos nesse meio. Porém, não é apenas constituído de serviços benéficos, junto com a utilização constante apareceram aspectos negativos no uso da internet, como, por exemplo, os crimes virtuais, assunto que esse artigo irá tratar, especificando em um tema que afeta constantemente a população, a pedofilia virtual. Pelo fato de hoje ser extremamente fácil o acesso à internet e pelas poucas limitações impostas para o seu uso, a grande maioria de usuários acredita que seja uma “terra sem lei”, o que pode explicar o aumento desses crimes e a falta de procura de uma legislação para resolução do problema. O escopo desse estudo é obter um conhecimento mais específico desses casos e abranger toda a legislação referente a eles, para trazer alguma utilidade jurídica e servir de introdução para instigar o aprofundamento do tema. A internet não é um meio novo de atuação, é apenas um caminho novo e fácil para a realização de delitos já praticados no mundo real. A grande maioria desses delitos são tratados no Código Penal, o delito em que esse artigo irá focar é quase exclusivamente protegido pelo ECA, apenas uma menor parte desses crimes são caracterizados como transgressões que só existem no mundo virtual, recentemente a elaboração de uma lei para crimes cibernéticos recebeu o apelido de “Lei Carolina Dieckman”, uma famosa atriz brasileira que foi vítima dessa espécie de crime, a Lei 12.737/2012 entrou em vigor em 2 de abril de 2013.

Palavras-Chave: Internet. Crimes cibernéticos. Pedofilia. ECA. Preconceito. Legislação. Código Penal.

¹ Giulia Pilhalarme Paixão (Acadêmica) / ² Prof. Me. Vanderlei Ferreira de Lima do Curso de Direito (Orientador)

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DIGITAL

Guilherme Belmonte Mazin¹
Prof^a. Ma. Tatiana Stroppa²

Resumo: O presente artigo pretende discutir a necessidade de inclusão digital das pessoas com deficiência. Atualmente, em grande medida, a inclusão passa pela formatação de um cenário de igualdade e de liberdade no acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), sendo a inclusão digital verdadeiro direito fundamental. O desenvolvimento tecnológico precisa ser alcançado por todas as pessoas e, por isso, às pessoas com deficiência devem ser assegurados recursos especiais, conhecidos como tecnologias assistivas, que englobam um conjunto de hardwares e softwares capazes de promover a adaptação de acordo com as necessidades de cada usuário. De forma a cumprir esse objetivo, emprega-se uma pesquisa bibliográfica, trazendo à baila os textos legais que direcionam um tratamento protetivo às pessoas com deficiência para, em seguida, fixar o entendimento de inclusão digital e elencar alguns progressos conseguidos pela implementação de tecnologias assistivas, sem deixar de convidar para a desobstrução dos variados impedimentos ainda existentes.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Inclusão digital. Igualdade. Acessibilidade digital. Tecnologias assistivas.

¹ Guilherme Belmonte Mazin (Acadêmico) / ² Prof^a. Ma. Tatiana Stroppa do Curso de Direito (Orientadora)

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA UMA EMPRESA VAREJISTA DE COMÉRCIO DE CALÇADOS

Ival Leite Pimenta Junior; Patrícia Pazold¹
Prof. Me Flávio Ferreira Mangili²

Resumo: Este trabalho procurou identificar por meio de um planejamento tributário a melhor opção entre lucro presumido e lucro real para uma empresa varejista de calçados com faturamento em torno de 6 milhões ao ano. A escolha por um regime tributário adequado contribui para minimizar os custos das empresas, proporcionando desta forma uma maior competitividade. No entanto, para se determinar o melhor regime tributário normalmente não é tão simples, em decorrência da complexidade em apurar os tributos, bem como nas constantes mudanças na legislação, em que exige um estudo minucioso, observando diversas variáveis para se determinar a melhor escolha, ou seja, não tem uma fórmula pronta, tem que se analisar cada empresa individualmente. Neste caso identificou-se que a melhor opção é o lucro real em razão do aproveitamento dos créditos tributários. Estudos desta natureza se fazem cada vez mais necessários, pois a carga tributária se elevou nos últimos anos, o que acarreta em maiores oportunidades para os profissionais deste segmento, no entanto acarretará em maior responsabilidade. Neste sentido esta obra busca contribuir com a classe contábil, disseminando o conhecimento adquirido neste estudo, que identificou o lucro real como melhor opção neste caso.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Lucro presumido. Lucro real. Regime tributário.

¹ Ival Leite Pimenta Junior; Patrícia Pazold (Acadêmicos) / ² Prof. Me. Flávio Ferreira Mangili do Curso de Ciências Contábeis (Orientador)

PLANOS DE INCENTIVOS DENTRO DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

*Luciana Camila Arfelli Rezende¹
Profª. Ivone Aparecida Lucas²*

Resumo: Este estudo tem como objetivo conhecer e entender os incentivos abordados nas organizações para aumentar o grau de motivação de seus colaboradores, fazendo com que se sintam mais satisfeitos, mais eficientes e felizes em seu ambiente de trabalho e também mostrar como o ambiente em uma organização influencia o desempenho do colaborador. Para que a motivação aconteça em uma organização, é necessário que estas executem métodos benéficos tanto para elas, por conta dos gastos excessivos e tanto para com os colaboradores, que devem ser constantemente motivados. Estas devem também demonstrar sua preocupação com seus colaboradores e mostrar envolvimento com estes. Constata-se também que métodos de motivação funcionam e tem tudo para dar certo. É importante que as organizações criem planos concretos de benefícios para seus colaboradores. Neste artigo serão comentados alguns dos métodos existentes em corporações que são usados como uma maneira de evitar outros problemas que podem ser gerados pela desmotivação.

Palavras-chave: Motivação. Ambiente organizacional. Satisfação.

¹ Luciana Camila Arfelli Rezende (Acadêmica) / ² Profª. Ivone Aparecida Lucas do Curso de Administração (Orientadora)

PLUS GRAVOSO EM TRÁFICO DE CRACK

*Mayra Alcantara¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: A presente Iniciação Científica faz uma análise inicial envolvendo a Constituição Federal e a proteção constitucional à saúde pública. Posteriormente, o estudo passa a ser referente à Lei 11.343/06, Lei de Drogas e a prevenção e repressão ao tráfico de drogas, visando em si a introdução de uma alteração no artigo 33 da referida Lei, instituindo uma causa de aumento de pena quando a droga traficada se tratar da derivação da Cocaína, o Crack. O objetivo é coibir, com uma pena mais severa a disseminação de um entorpecente mais nocivo à saúde pública e prejudicial aos usuários, que por seu baixo preço de mercado e fácil acesso pelos traficantes, causa na sociedade uma maior desagregação social e familiar, decorrente do indivíduo que se torna um drogadicto. Esse trabalho tem por escopo demonstrar como o tráfico do crack, por sua natureza devastadora dos usuários, deve ser criminalizado mais eficazmente, demonstrando assim a maior desaprovção da sociedade em face desse devastador entorpecente, que pela maior capacidade viciante faz com que haja na sociedade uma maior marginalização dos usuários.

Palavras-chave: Saúde pública. Lei 11.343/06. Cocaína. Aumento da pena. Crack.

¹ Mayara Alcantara (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

PROGRAMA 5S

*Amanda Tiemi Oshiro; Beatriz Godoy da Silva¹
Profª. Ma. Camila Roberta Muniz Serra²*

Resumo: Este trabalho aborda a questão dos conceitos do programa japonês 5S, sendo uma ferramenta sistemática e integrada aos aspectos estruturais de uma empresa. O programa 5S apresenta esta terminologia devido às cinco palavras japonesas que iniciam com a letra S, Seri, Seiso, Seiketsu e Shitsuke, termos que adequados à língua português a partir de sentidos, são: utilização, senso de ordenação, de limpeza, de saúde e de autodisciplina. O 5S é um processo educacional necessário a ser praticado por todos os níveis de empresas. Esses cinco conceitos precisam ser compreendidos, estruturados e seguidos; contribuindo assim para a busca da melhoria do ambiente onde as pessoas vivem e convivem. O objetivo do trabalho é demonstrar a importância dos 5S's para a organização e conhecer os benefícios de um modo geral, que geram a sustentação aos programas de qualidade e produtividade.

Palavras-chave: 5S. Organização. Qualidade. Pessoas.

¹ Amanda Tiemi Oshiro; Beatriz Godoy da Silva (Acadêmicas) / ² Profª. Ma. Camila Roberta Muniz Serra do Curso de Administração (Orientadora)

PROGRESSÃO CONTINUADA: IMPACTO NA EDUCAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

*Aline Mayara dos Santos¹
Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²*

Resumo: Este trabalho procurou identificar algumas consequências da implantação do sistema de progressão continuada na educação, que consiste na proposta de dividir o ensino fundamental em ciclos, impossibilitando a alternativa de reprovação dos alunos ao final de cada ano letivo. Visa mostrar que essa nova forma de organização escolar contradiz com o direito da criança e do adolescente em receber uma educação de qualidade, direito este assegurado por Lei. Evidencia, também, a importância do ensino apropriado na formação individual e no desenvolvimento social do ser humano, apontando aspectos sociais, econômicos e culturais.

Palavras-chave: Progressão continuada. Educação. Desenvolvimento social.

¹ Aline Mayara dos Santos (Acadêmica) / ² Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Sistemas de Informação (Orientadora)

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS EM VOO DEVIDO A DESORIENTAÇÃO ESPACIAL? RISCOS E PREVENÇÃO

*Jonathan Kellner¹
Prof. Me. Silvio Luiz Frank²*

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem como temática estudar: Quais as dificuldades encontradas em voo devido a desorientação espacial? Riscos e prevenção. Refere-se à um problema ocorrente em voo que atinge a aviação desde os seus primórdios e ainda hoje continua sendo um fenômeno constante na rotina de pilotos. A desorientação, pode causar confusão mental no piloto, e levar a riscos de acidentes aéreos, sabendo-se que a orientação espacial em voo depende de estímulos como visual; vestibular e proprioceptivo, podem variar em magnitude, direção, e frequência, e pode produzir ilusões e levar a desorientação espacial. O que vem a ser uma desorientação espacial? É um fenômeno que pode causar acidentes em voos, e pode estar relacionada à uma série de fatores ligados diretamente ao funcionamento físico e cognitivo do corpo humano. Este estudo indica a melhor forma de se prevenir contra os possíveis acidentes de forma que leva o piloto a estar bem instruído, tomando atitudes positivas e corretas nos momentos em que o corpo sofre uma desorientação e já não responde por si.

Palavras-chaves: Desorientação espacial. Prevenção. Riscos de acidentes aéreos.

¹ Jonathan Kellner (Acadêmico) / ² Prof. Me. Silvio Luiz Frank do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Letícia Caroline dos Rios¹
Prof. Me. Marcio Gavaldão²*

Resumo: O novo código de processo civil visa maior celeridade e efetividade jurisdicional, portanto visou enxugar o excesso de formalidades para interposição dos recursos. Destarte, para que o Estado traga maior agilidade na prestação jurisdicional, é preciso verificar as formalidades exigidas para interposição do recurso, para que, dessa forma, seja analisado o mais breve possível.

Palavras-chave: Recurso. Novo código de processo civil. Pressupostos. Celeridade. Requisitos. Princípios.

¹ Letícia Caroline dos Rios (Acadêmica) / ² Prof. Me. Márcio Gavaldão do Curso de Direito (Orientador)

REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE CONTROLE TERMINAL DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO COM APLICAÇÃO DO CONCEITO DE NAVEGAÇÃO BASEADA EM PERFORMANCE (PBN)

*João Vergílio Morbi Brosco¹
Prof. Murilo Prado de Mello²*

Resumo: Devido ao crescimento do setor aeronáutico mundial, fez-se necessário a implantação de novas tecnologias para atender esta exigência global. Os procedimentos de navegação baseada em performance (PBN) fazem parte um conceito desenvolvido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), se referindo aos requisitos de desempenho a serem aplicados a rota de tráfego aéreo; procedimentos por instrumentos ou um espaço aéreo definido e em 2013 esta definição foi inserida nas duas maiores terminais do Brasil, essenciais para a otimização do espaço aéreo, sendo introduzida no país pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) que desenvolveu novos procedimentos Navegação de Área (RNAV) e Performance de Navegação Requerida (RNP), realizou modificações nas cartas de saídas (SID), cartas de aproximação por instrumentos (IAC) cartas de chegadas padrão por instrumentos (STAR), alterações nas aerovias e houve a introdução do conceito Four Corner na elaboração das rotas de chegada e saída, permitindo assim subidas e descidas contínuas, na medida que, todas essas mudanças tem o objetivo de aprimorar as rotas envolvidas, proporcionando uma navegação mais segura, precisa e eficaz. O presente artigo terá o objetivo de explicar o conceito PNB de modo prático e claro. Por intermédio de publicações oficiais e pesquisa bibliográfica. Indicando as mudanças realizadas nas Áreas de Controle Terminal (TMA) do Rio de Janeiro e de São Paulo com o emprego da Navegação Baseada em Performance.

Palavras-chave: PBN. RNAV. RNP. Reestruturação.

¹ João Vergílio Morbi Brosco (Acadêmico) / ² Prof. Murilo Prado de Mello do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

REFLEXÕES SOBRE O USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

*1 Gabriel Oliveira Pires de Moraes
2 Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira*

Resumo: O presente artigo de iniciação científica, realizado por pesquisa bibliográfica, tem como escopo a análise do usucapião extrajudicial trazida pelo Novo Código de Processo Civil, fazendo reflexões sobre o tema e buscando demonstrar a possibilidade jurídica de condução pelo oficial de registro de imóveis do processamento para reconhecimento da aquisição do domínio pela posse prolongada de bens imóveis. Para tanto, em primeiro plano, é abordado o conceito de usucapião extrajudicial e seus preceitos legais. Posteriormente, exposto seus requisitos, como objeto, competência e legitimidade, bem como o modo que deverá ser conduzido o procedimento para seu reconhecimento, evidenciando algumas peculiaridades. Por fim, conclui-se, em síntese de toda a matéria posta em pauta, por sua viabilidade e aplicabilidade, uma vez que acarretará maior celeridade ao procedimento de usucapião.

Palavras-chave: Usucapião extrajudicial. Novo código de processo civil. Possibilidade Jurídica. Celeridade.

¹ Gabriel Oliveira Pires de Moraes (Acadêmico) / ² Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira do Curso de Direito (Orientador)

RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CULPABILIDADE: PRÓS E CONTRAS

*João Vitor Loureiro Araújo Dias¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: O presente trabalho procurou analisar a mudança recente de interpretação que o Supremo Tribunal Federal asseverou acerca do princípio da não-culpabilidade. De outra banda, analisaram-se os aspectos históricos acerca da pena privativa de liberdade, bem como do referido princípio. Positivado no Brasil pela Constituição de 1988, referido dispositivo prevê que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Do referido texto, o Supremo Tribunal Federal, de início, interpretava que o princípio da não-culpabilidade não obstava o cumprimento da pena pelo réu, mesmo pendente de análise de recursos excepcionais pelos Tribunais Superiores. O entendimento pretoriano mudou em 2009, consignando que a execução da pena sem o trânsito em julgado era incompatível com o princípio da não culpabilidade, sendo o primeiro caso de mutação constitucional acerca da problemática. Em fevereiro de 2016, retomou-se a orientação anterior, aplicando-se a hermenêutica da interpretação sistemática. Ante a controvertida matéria, procurou-se analisar a colisão de princípios constitucionais, os prós e contras da decisão e os seus impactos, levando em consideração a situação crítica do Sistema Prisional Brasileiro e eventual descumprimento do pacto de San José da Costa Rica. Em ponderação com tais argumentos, a nova decisão da suprema corte brasileira tem a finalidade de desacelerar a crescente interposição de recursos defensivos para protelar a execução da pena e, eventualmente, alcançar a prescrição da pretensão punitiva, o que gera insegurança jurídica, descrença nos poderes constituídos e sensação de impunidade.

Palavras-chave: Não-culpabilidade. Pena privativa de liberdade. Mutação constitucional. Hermenêutica da interpretação sistemática.

¹ João Vitor Loureiro Araújo Dias (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA SEARA PENAL – ABORTO SENTIMENTAL DECORRENTE DE ESTUPRO

*Caroline Bueno de Souza¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Há uma relação indissociável entre Direito e a vida humana, sendo esta duradoura e complexa. O Direito, ciência que reage a sociedade e se comporta como uma guardiã de direitos inseriu o direito à vida como um bem jurídico fundamental na Constituição Federal de 1988 (artigo 5º, “caput”), sendo este de titularidade universal. A grande importância do direito à vida decorre da influência quase genérica a tantos outros direitos de suma importância, de forma que, se suprimido o direito à vida, há a omissão e violação de diversos outros direitos inerentes ao homem. Vivemos em um Estado Democrático de Direito, cujo principal anseio é resguardar os direitos, de tal modo que se ocorrerem omissões ou violações, o Estado deve estar estruturado e organizado para evitar e reprimir tais práticas. No mais, de acordo com o Código Penal Brasileiro, há algumas situações que restringem tal direito, como as excludentes da ilicitude e as hipóteses legais de aborto elencadas pelo artigo 128 do referido Código. Portanto, o trabalho é voltado às razões que admitem o aborto em casos de gravidez decorrente de estupro, demonstrando quais os motivos provenientes da vida social, dos direitos da mulher e da medicina legal.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Aborto. Estupro.

¹ Caroline Bueno de Souza (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)

RESPONSABILIDADE CIVIL À LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

*Andressa Alves dos Santos¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo de estudo a responsabilidade civil. De início buscou-se elaborar a conceituação de tal instituto e estabelecer a devida distinção entre responsabilidade e obrigação. Em seguida, foram abordados, de forma sucinta, os pressupostos apontados pela doutrina como necessários para a caracterização da responsabilidade e as espécies de responsabilidade existentes. Por fim, discorreu-se com maior especificidade sobre dano material e moral, distinguindo-se ambos e estabelecendo como ocorre a caracterização e a reparação de cada espécie de dano.

Palavras-chave: Direito civil. Responsabilidade civil. Pressupostos. Dano. Dano material. Dano moral. Reparação do dano moral.

¹ *Andressa Alves dos Santos (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito (Orientador)*

RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE ABANDONO AFETIVO

*Isabella Jardim Medrano¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²*

Resumo: O presente artigo visa analisar a possibilidade de indenização decorrente do abandono afetivo paterno-maternal. Para tanto, analisa-se a evolução social e legislativa da família, calçada na Constituição Federal de 1988. Tecem-se breves comentários de princípios constitucionais aplicáveis ao assunto em estudo, em especial a igualdade entre homem e mulher, e conseqüentemente entre os cônjuges, seja na administração familiar, seja no sentido matrimonial, ou no sentido de educação e criação dos filhos. Demonstrando-se dessa forma a mudança do denominado pátrio poder, para poder familiar. Por fim são tecidas noções acerca da responsabilidade civil, afunilando-se as relações paterno-maternal, demonstrando a importância da convivência familiar e do afeto na formação do indivíduo, mostrando ainda, possibilidades de haver indenização no caso de abandono afetivo dos filhos.

Palavras-chave: Dano moral. Família. Responsabilidade civil. Abandono afetivo.

¹ *Isabella Jardim Medrano (Acadêmica) / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito (Orientador)*

RESSOCIALIZAR PARA NÃO REINCIDIR

*Milena Pereira Abreu Prado¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Este trabalho trata de uma análise do sistema penitenciário do Brasil em que se constata inúmeras deficiências na execução das penas. Essa realidade representativa de um Estado premido pelo clamor social de que os criminosos sejam afastados do convívio da sociedade, demanda investimentos na construção e na reforma de estabelecimentos. Um dos efeitos dessa falta de investimentos resulta na impossibilidade de o Estado promover melhorias no cumprimento das penas privativas de liberdade, resultando em situações em que os presos não têm condições mínimas de dignidade e são destituídos de todo e qualquer direito a um tratamento que possa ser considerado reabilitador. A tarefa de reeducar e ressocializar os presos, assim como a adoção de programas que contemplem os direitos humanos nos presídios, além da reestruturação material das unidades penitenciárias são vitais para que se cumpra a finalidade última e essencial de todo o sistema prisional, que é a reabilitação.

Palavras Chave: Sistema penitenciário brasileiro. Pena. Estado. Ressocialização.

¹ *Milena Pereira Abreu Prado (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito (Orientador)*

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Roseli Rossafa da Silva¹
Prof. Luiz Otavio Camaliente²

Resumo: Este trabalho visa apresentar conceitualmente o tema segurança de informação bem como seu valor na atualidade e seus regramentos jurídicos. Tem como intuito, ainda, expor algumas soluções preventivas e alguns remédios para sanar eventuais ocorrências. Norteia ao caminho do uso da ferramenta TOR exibindo quais são os prós e contras de sua utilização.

Palavras-chave: Segurança da informação. TOR. Deepweb.

¹ Roseli Rossafa da Silva (Acadêmica) / ² Prof. Luiz Otavio Camaliente do Curso de Sistemas de Informação (Orientador)

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PENTEST EM APLICAÇÕES WEB

Gustavo Henrique São Pedro¹
Prof. Luiz Otavio Marestone Camaliente²

Resumo: Este artigo tem por finalidade a compreensão dos principais meios utilizados para garantir a segurança da informação dentro das organizações, um dos meios analisados é o pentest ou também conhecido como teste de penetração que visa na busca por vulnerabilidades específicas que possa comprometer informações vitais para o desenvolvimento organizacional. Serão apresentados os tipos de pentest existentes, metodologias e etapas a serem seguidas até o fim do processo. Para uma compreensão completa sobre o assunto, será feita a análise de uma vulnerabilidade específica encontrada em aplicações web, buscando exemplificar a importância da utilização da sua utilização.

Palavras-chave: Segurança. Pentest. OWASP. Ameaça. Vulnerabilidade.

¹ Gustavo Henrique São Pedro (Acadêmico) / ² Prof. Luiz Otavio Marestone Camaliente do Curso de Sistemas de Informação (Orientador)

SISTEMA DE ROTAS DO ATLÂNTICO NORTE

Lucas Klein da Rosa¹
Profª. Amel Sayed El Attar²

Resumo: Considerado o Espaço Aéreo Oceânico mais movimentado do mundo, o Espaço Aéreo do Atlântico Norte em 2012, 460.000 aeronaves cruzando o Norte do Atlântico. Boa parte desse espaço aéreo não conta com vigilância radar e comunicações via rádio entre pilotos e controladores devido sua grande dimensão e localização remota. Mesmo com todas essas adversidades o espaço aéreo do atlântico norte apresenta bons níveis de segurança, baixo número de atrasos e reduções nas emissões de poluentes na atmosfera, tudo isso é conseguindo através do emprego de técnicas de gerenciamento desse espaço aéreo, bem como, os requisitos mínimos operacionais para voar nessa região e também, como o conceito CNS/ATM irá trazer números ainda mais satisfatórios para um espaço aéreo com grande demanda de tráfego aéreo.

Palavras-chave: Atlântico Norte. Espaço aéreo. Gerenciamento de tráfego aéreo. CNS/ATM.

¹ Lucas Klein da Rosa (Acadêmico) / ² Profª. Amel Sayed El Attar do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientadora)

TRABALHO VOLUNTÁRIO EM ÓRGÃO JURÍDICO PÚBLICO

*Renan Ciniciato Ayres e Silva¹
Prof. Me. Vanderlei Ferreira de Lima²*

Resumo: O trabalho voluntário em Órgão Jurídico Público ainda não possui legislação específica, com isso, questionamentos quanto a sua legalidade são expostos na doutrina jurídica Brasileira. Assim, tal regulamentação deve ser necessariamente feita, servindo para o auxílio do órgão em questão, mas principalmente, para enaltecer a dignidade da pessoa humana, bem como sua solidariedade com o trabalho social, exercendo tal atividade para benefícios não somente pessoal, mas num montante em relação à jurisdição brasileira. Com sua regulamentação, a celeridade processual presente nos tribunais estariam em extrema rotatividade, com os voluntários estudantes de Direito exercendo os atos processuais com maior relevância, para auxílio de um melhor desempenho acadêmico dos estudantes, isto para que os mesmos possam aprender na prática os ensinamentos adquiridos na teoria, além do mais, problemas cotidianos referentes à matéria, resultado em um maior crescimento profissional e pessoal do jovem que se voluntaria para exercer a atividade, se restringindo ao recebimento de qualquer valor pecuniário.

Palavras-chave: Voluntário. Dignidade. Trabalho social. Solidariedade. Demanda processual. Celeridade processual.

¹ Renan Ciniciato Ayres e Silva (Acadêmico) / ² Prof. Me. Vanderlei Ferreira de Lima do Curso de Direito (Orientador)

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS: O CASO DE UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO

*Wilma Rodrigues¹
Prof. Me. José Munhoz Fernandes²*

Resumo: Atualmente as organizações estão inseridas em um ambiente de alta competitividade, onde rápidas e constantes mudanças ocorrem, principalmente em termos de tecnologia e processos de trabalho, requerendo que as competências humanas sejam cada vez mais valorizadas, pois podem representar um diferencial competitivo para as empresas. Estas, por sua vez, reconhecem a importância do treinamento e investem no capital humano, acreditando que a disseminação do conhecimento entre seus colaboradores pode conduzi-las ao alcance da excelência em termos de qualidade e produtividade. Este trabalho faz uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, incluindo uma recente pesquisa sobre o panorama do treinamento no país e descreve o caso de uma empresa do setor alimentício localizada no interior de São Paulo, cuja ações relacionadas a treinamento e desenvolvimento de pessoas é uma de suas principais políticas de recursos humanos, apresentando esta ferramenta como criadora de significados, revelando a capacidade das pessoas, a preocupação da organização pesquisada e, ainda, a imagem gerada em todo o processo. Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva de natureza qualitativa, classificando-se enquanto procedimentos para a coleta de dados como sendo do tipo levantamento.

Palavras-Chave: Recursos humanos. Treinamento e desenvolvimento. Competitividade. Resultados.

¹ Wilma Rodrigues (Acadêmica) / ² Prof. Me. José Munhoz Fernandes do Curso de Administração (Orientador)